

MARIA DE LURDES ALMEIDA E SILVA
LUCENA

IMPrensa E Educação: Um Estudo Sobre
O Pensamento Educacional no Triângulo
Mineiro (1930 – 1945)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

MARIA DE LURDES ALMEIDA E SILVA LUCENA

IMPrensa E Educação: Um Estudo Sobre O
Pensamento Educacional No Triângulo Mineiro
(1930 – 1945)

Tese de Doutorado em Educação, na linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação junto ao PPGED da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do professor Doutor Wenceslau Gonçalves Neto.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

FICHA CATALOGRÁFICA

TERMO DE APROVAÇÃO

Dedico este trabalho aos meus pais, Antônio e Laura, pelo carinho na formação daquilo que sou, aos meus filhos, Letícia e Gabriel, as razões do meu viver, a minha segunda mãe, Edméia e ao meu marido, Carlos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador e amigo professor doutor Wenceslau Gonçalves Neto pela orientação competente, paciência e carinho que possibilitaram o término desta tese.

Ao meu amado esposo Carlos Lucena, um sábio e generoso homem, pelo carinho e dedicação que serviram de apoio em momentos difíceis desta longa jornada. Estar ao seu lado representa para mim, estar feliz.

Aos meus pais, Antônio e Laura (in memoriam) que me ensinaram o valor da vida e à Edméia, minha sogra, que tanto me ensina como viver bem esta vida.

Aos meus lindos e queridos filhos, Letícia e Gabriel, por compreenderem minha ausência em alguns momentos do cotidiano e por transmitirem tanta ternura em seus carinhos explícitos.

Aos professores doutores José Carlos Araújo e Carlos Henrique de Carvalho pelas contribuições fundamentais na banca de qualificação e defesa.

Aos professores doutores José Claudinei Lombardi e Mara Regina Martins Jacomeli pelo incentivo e amizade verdadeira.

Aos Técnicos Administrativos vinculados ao PPGED-UFU – James e Gianni - pelo carinho e eficiência salutar.

À Fapemig pela concessão de bolsa de doutorado nos meses iniciais de desenvolvimento do doutorado.

Aos irmãos Gilberto, Renato e Eurípedes pelo apoio espiritual.

A arte de ser feliz

Houve um tempo em que minha janela se abria sobre uma cidade que parecia ser feita de giz. Perto da janela havia um pequeno jardim quase seco. Era uma época de estiagem, de terra esfarelada, e o jardim parecia morto. Mas, todas as manhãs, vinha um pobre com um balde, e, em silêncio, ia atirando com a mão umas gotas de água sobre as plantas. Não era uma rega: era uma espécie de aspersão ritual, para que o jardim não morresse. E eu olhava para as plantas, para o homem, para as gotas de água que caíam de seus dedos magros e meu coração ficava completamente feliz. Às vezes abro a janela e encontro o jasmineiro em flor. Outras vezes encontro nuvens espessas. Avisto crianças que vão para a escola. Pardais que pulam pelo muro. Gatos que abrem e fecham os olhos, sonhando com pardais. Borboletas brancas, duas a duas, como refletidas no espelho do ar. Marimbondos que sempre me parecem personagens de Lope de Vega. Às vezes, um galo canta. Às vezes, um avião passa. Tudo está certo, no seu lugar, cumprindo o seu destino. E eu me sinto completamente feliz. Mas, quando falo dessas pequenas felicidades certas, que estão diante de cada janela, uns dizem que essas coisas não existem, outros que só existem diante das minhas janelas, e outros, finalmente, que é preciso aprender a olhar, para poder vê-las assim.

Cecília Meireles

RESUMO

Este trabalho problematiza o pensamento educacional expresso pelas elites do Triângulo Mineiro, estado de Minas Gerais, Brasil, tomando como objeto as cidades de Araguari, Uberaba e Uberlândia entre os anos de 1930 a 1945. Foram utilizadas como fontes primárias de investigação, os jornais “O Triângulo” de Araguari, “Lavoura e Comércio” e “Correio Cathólico” da Uberaba e “A Tribuna” de Uberlândia, bem como uma ampla revisão bibliográfica sobre o período em investigação. Tomando como referência os pressupostos epistemológicos relativos ao materialismo histórico dialético manifesto nas contradições entre o local, o nacional e o internacional, percebemos que as classes dominantes locais, em que pese suas fortes cisões internas, voltadas à hegemonia política na região, construíram discursos e ações políticas atreladas aos interesses governamentais. As transformações em curso no capitalismo e suas mediações locais levaram à reprodução dos pressupostos varguistas baseados na defesa da educação no campo, combate ao analfabetismo e difusão do conceito de progresso como sinônimo de avanço tecnológico e social. A educação na região se pautou pela formação das classes dominantes no exterior e, ao mesmo tempo, o oferecimento de escolas regionais para os filhos das classes não favorecidas baseadas no “temor” a Deus como forma de controle social e concepções educacionais centradas na cientificidade. O estudo as origens históricas do conservadorismo ainda existente na região.

Palavras-chave: Imprensa e educação; Educação no Triângulo Mineiro; Educação Católica; Vargas e a educação.

ABSTRACT

This search discusses the educational thought expressed by the elite of Minas Gerais, Minas Gerais, Brazil, taking as its object the cities of Araguari, Uberaba and Uberlândia between the years 1930 to 1945. Were used as primary sources of investigation, the newspaper "The Triangle" of Araguari, "Farming and Trade" and "Mail Catholic" of Uberaba and "Tribune" of Uberlandia, as well as an extensive bibliography on the period under investigation. By reference to the epistemological assumptions concerning the dialectical historical materialism manifest in the contradictions between local, national and international, we realize that the local ruling classes, despite their strong internal divisions, focused on political hegemony in the region, built speeches and policy actions tied to government interests. The transformations taking place in capitalism and its local mediations led to the reproduction of Vargas assumptions based on the defense in the field of education, combating illiteracy and spreading the concept of progress as a synonym for technological advancement and social development. The education in the region was ruled by the formation of the ruling classes abroad and at the same time, the offer of regional schools for the children of the privileged classes are not based on "fear" God as a means of social control and education focused on scientific concepts. The study the historical origins of conservatism that still exists in the region.

Keywords: Press and education, Education in the Minas Triangle, Catholic Education, Vargas and education.

SUMÁRIO

Introdução	10
I - Um breve histórico da imprensa e sua importância cultural	27
1.1 – Imprensa e linguagem: pressupostos teóricos	27
1.2 – A construção do jornal no Brasil	43
II - Imprensa, política e educação.	48
2.1 – A política e educação no Brasil.	62
III - O pensamento político no Triângulo Mineiro na década de 1930 e início dos anos 40 manifesto pela imprensa.	80
3.1 – Jornal “O Triângulo”	80
3.2 – Jornal “A Tribuna”	85
3.3 – Jornal ”Lavoura e Comércio”.	95
3.4 – Jornal “Correio Cathólico”	114
IV – A educação no Triângulo Mineiro apresentada pelas fontes de jornal.	159
4.1 – Jornal “O Triângulo”	159
4.2 – Jornal “A Tribuna”	180
4.3 – Jornal ”Lavoura e Comércio”.	196
4.4 – Jornal “Correio Cathólico”	210
Considerações Finais	240
Referências	249

INTRODUÇÃO

A humanidade produziu diferentes formas de linguagem em toda a sua história. A linguagem é uma expressão humana que dá sentido à existência, coloca significado às ações dos homens e se justifica pela própria sobrevivência em sociedade.

O sentido da comunicação entre os homens, da linguagem e do conhecimento motiva filósofos, linguistas e historiadores apresentando diferentes concepções em torno do tema. Afirmamos que a linguagem é um processo tão antigo quanto o homem, uma criação humana responsável por fundamentos das sociedades que existem e existiram. Não temos aqui a intenção de discorrer sobre todo o pensamento filosófico e sua influência nas construções linguísticas presentes na história da humanidade. Contudo, devemos destacar algumas contribuições ainda em debate nos dias atuais.

Na filosofia grega, Platão é um exemplo. A filosofia grega se inicia com o conhecimento de que a palavra é apenas nome e, por isso, não representa o verdadeiro ser. Platão, na obra “Teeteto”, entende a linguagem como capaz de justificar a presença na mente de conceitos tanto os originários do senso-percepção (som, cor, dureza/moleza), quanto os dela independentes: Formas, como o bom e o belo, além do ser, a semelhança/dissemelhança e a identidade/diferença, o número e finalmente a verdade e a existência. Platão fala da escrita, mas não emprega o conceito de texto, menos ainda de textualidade. Realmente, nem toda a escrita é texto. Um conjunto de frases ou uma simples sequência linguística não identifica o texto e não oferece uma textualidade. São necessárias outras qualidades, como a coerência, a organização lógica e estética. Platão censurava os discursos que não nascem do próprio espírito do autor, que não verdadeiros escritos da alma, tendo como tema o justo, o belo, o bom.

A Idade Média assiste às preocupações de Anselmo (1033 – 1109) na construção de uma filosofia da gramática e de suas relações com a ontologia das propriedades. Levanta a hipótese de que o verbo fazer pode substituir qualquer outro verbo. Abelardo (1079 – 1142), por sua vez, tenta construir uma teoria da significação voltada à unificação de toda a linguagem.

O pensamento moderno produz heterogêneas reflexões sobre a importância da linguagem. Hegel em “A Razão na História” e a “Fenomenologia do Espírito” defende uma profunda alteração na gramática filosófica, no sentido de romper com todo e qualquer pressuposto não problematizado. Adota o caminho do *desespero* como forma de romper com esses pressupostos. Hegel entende que o homem, ao mergulhar na sua própria subjetividade adquire autoconsciência, o que lhe permitiria atingir um conhecimento objetivo. A linguagem exprime, para Hegel, o espírito humano, essencialmente, a forma como ele lida com o mundo. Na linguagem, a consciência se organiza como totalidade do ideal.

Engels em “A dialética da Natureza” afirma a importância da linguagem como forma de construção e elaboração do homem vivendo em sociedade. Afirma que a linguagem foi uma invenção humana criada pela necessidade dos homens coexistirem coletivamente. Tomando como referência a centralidade da categoria trabalho como propulsora das relações da humanidade com a natureza, afirma a linguagem como uma expressão do trabalho humano que complexificou gradativamente a existência humana em sociedade.

Heidegger entende a linguagem como um meio de relação existencial entre o homem e o mundo. A linguagem não é apenas um meio de expressão (ou, como ele mesmo diz, “o meio de um organismo se manifestar”). A linguagem, para o autor referido, é “a morada do ser,” porque acredita que o que existe antes de tudo é o Ser, que o pensamento pode promover a relação do Ser com a essência do homem e que a linguagem é parte decisiva desse encontro.

Freud utilizou a linguagem como terapia desde os primeiros trabalhos ligados à histeria, passando pelos desenvolvimentos a propósito da esquizofrenia, nos anos 1914 e 1915, até o final da sua obra, fala e linguagem foram assuntos centrais para Freud. Tanto é assim que a preocupação pela linguagem constitui hoje um dos traços que caracterizam a psicanálise francesa.

Walter Benjamin em “Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política. Lisboa. Relógio d’Água” entende a linguagem não como uma particularidade do homem. Tudo, na Criação, é linguagem, e a linguagem do homem não é

mais que uma forma privilegiada da linguagem em geral. Ela se comunica por si mesma, e comunica a essência espiritual correspondente na linguagem, não pela linguagem. Benjamin afirma que toda a linguagem humana comunica a essência espiritual que lhe corresponde.

Marcuse, em crítica radical à racionalidade e pragmatismo presente no homem alemão, aponta a linguagem como uma construção social que ajustou pensamentos, sentimentos e comportamentos à racionalização tecnológica que o nacional-socialismo transformou na mais formidável arma de conquista. O terror que o ameaça a qualquer momento provoca esta mentalidade. O homem aprendeu a esconder seus pensamentos e objetivos, mecanizar suas ações e reações e adaptá-las ao ritmo da arregimentação universal. É essa mentalidade que se cristalizaria na "linguagem da administração total" da democracia de massas americana. Elementos mágicos, autoritários e rituais invadem a palavra e a linguagem. A locução é privada das mediações que são as etapas do processo de cognição e avaliação cognitiva. Os conceitos que compreendem os fatos, e desse modo transcendem estes, estão perdendo sua representação linguística autêntica. Sem tais mediações, a linguagem tende a expressar e a promover a identificação imediata da razão e do fato, da verdade e da verdade estabelecida, da essência e da existência, da coisa e de sua função.

Bourdieu defende o domínio prático da linguagem e das situações que permitem produzir o discurso adequado numa situação determinada. Com isso, a noção de erro gramatical é deslocada para a noção de inadequação ao contexto social de uso da linguagem. Bourdieu acusa a Linguística de silenciar as condições sociais de possibilidade de instauração do discurso, em favor de um artefato teórico – o conceito de língua – cuja função é a dominação linguística: é um artefato que, universalmente imposto pelas instâncias de coerção linguísticas, tem uma eficácia social na medida em que funciona como norma, através da qual se exerce a dominação dos grupos. A ideia de interação simbólica – comunicação – é rejeitada em benefício das relações de força simbólica. As interações linguísticas estão sempre condicionadas pela estrutura das relações de força entre os grupos sociais e, dentro destes, dos interlocutores. Essa estrutura relaciona a língua legítima aos locutores com maior capital simbólico, capazes de imporem as regras de produção e de aceitação das formas linguísticas adequadas. Bourdieu alerta para a

necessidade de se observar quem faz uso da fala, de onde fala e quando fala. O uso da linguagem tanto em seu estilo e forma como em seu conteúdo dependerá da posição ocupada por seu locutor.

Na obra “O poder simbólico”, Pierre Bourdieu analisa o poder simbólico em que as ideias transcorrem implícitas e, portanto, ignoradas. Os sujeitos não possuem interesse se exercem ou se estão submetidos a esse poder simbólico. Dessa forma, o poder simbólico expressa-se em formas legitimadas e transformadas de outras formas de poder. Além disso, torna-se arbitrário por não expressar o objetivo verdadeiro e materializar-se em variados símbolos da sociedade. De acordo com Cosmo (2008) a obra intitulada “O poder simbólico”, de autoria de Pierre Bourdieu, o capítulo “Sobre o poder simbólico” consiste, segundo o autor:

[...] num texto cuja origem foi de uma pesquisa sobre o simbolismo num contexto escolar, o qual deve ser visto não como “uma história (...) das teorias do simbolismo e nem como uma maneira de reconstrução pseudo-hegeliana do caminho que teria conduzido (...) ‘à teoria final’”. O autor, no entanto, antes de abordar o assunto propriamente dito, faz uma retomada ao pensamento de “imigração das ideias” de Marx, explicitando sobre o erro que é cometido em se “repatriar” tais ideias visto que o seu significado (produções culturais) possuem outro referente ou “sistema de referências teóricas em que se definiram consciente ou inconscientemente”. Tais ideias quase sempre expressam-se em conceitos, cujos os substantivos próprios que os rotulam incorporam o sufixo –ismo, “cuja definição contribui menos que define”. Assim o poder simbólico em que as ideias repousam implícitas, e assim praticamente ignorado, é por isso reconhecido. Dessa forma, afirma o autor, tal poder “é (...) invisível o qual só pode ser exercido com cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem”. O poder simbólico apresenta-se em “sistemas simbólicos” que se expressam em estruturas estruturantes tais quais como a religião, a arte e a língua que são vistos também como “universos simbólicos” segundo a tradição neo-kantiana representada por Cassirer e Sapir-Whorf. A partir dessa idéia Durkheim lança os fundamentos de uma “sociedade das formas simbólicas”. Tais formas, que equivalem à forma de classificação, deixam de “ser forma universais (transcendentais) para se tornarem em formas sociais, quer dizer, arbitrárias (relativas a um grupo particular) e socialmente determinadas”. E tais sistemas simbólicos como estruturas estruturantes passam por isso a serem passíveis de uma análise estrutural, como Saussure, fundador dessa visão estruturalista, apresentou da língua. Para este a signo (símbolo) é arbitrário no sentido de não ter nenhuma relação com o que representa, mas definido por convenção. (Cosmo, 2008: SP)¹

¹ Após esses apontamentos o autor expõe duas sínteses a esse respeito: A primeira anuncia que “os ‘sistemas simbólicos’ como instrumentos de conhecimento e de comunicação é um poder estruturante

Jürgen Habermas entende a linguagem como expressão da consciência que sintetiza a razão comunicativa por permitir a elaboração de estratégias interativas entre os sujeitos. A fala, por atribuir nomes e tratar dos objetos como distintos da consciência, promove a diferenciação entre ser e consciência, permitindo que os homens venham a se reconhecer e interagir. Para Habermas, a linguagem é a atividade que relaciona o homem e sua humanização. A linguagem é a consciência que dá nomes, e dar nomes é atribuir sentidos e efetivar mais amplamente a liberdade alcançada pela astúcia.

O entendimento das diferentes posturas epistemológicas referentes à linguagem se justifica na própria investigação do jornal enquanto veículo responsável pelo debate e transmissão das ideias e concepções das classes e grupos sociais a ele vinculadas.

As preocupações com a linguagem e, conseqüentemente, com a imprensa se justificam no nosso próprio percurso acadêmico. Trabalhamos como professora de Língua Portuguesa a mais de duas décadas tanto no ensino

porque são estruturados” e constroem uma realidade de ordem gnoseológica, isto é, uma realidade expressa pelo que Durkheim chama de conformismo lógico ou por Radcliffe-Brown de solidariedade social. Tais sistemas simbólicos são formados por cadeias de símbolos que “são instrumentos por excelência da ‘integração social (...) e tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui (...) para a ordem social’”. Dessa forma as produções simbólicas funcionam muitas vezes como instrumentos de dominação social, como apregoa a tradição marxista na análise política-social, e apresenta-se em forma de ideologias “produto coletivo e coletivamente apropriado (que) servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais”, explica o autor. A segunda síntese firma que os sistemas simbólicos “cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra”. Assim agem como um reforço de suas próprias forças sobre as relações de forças que as firmam, proporcionando, como a chamada ‘domesticação dos dominados’ segundo Weber. Tais sistemas são produzidos por um grupo de especialistas pertencente à classe dominante com vista a se manter o monopólio da produção ideológica legítima e “devem a sua força ao fato de as relações de força que neles se exprimem só se manifestarem em forma irreconhecível de relações de sentido”. O poder simbólico, conclui Bourdieu, invisível e imperceptível, expressa-se numa forma “transformada e legitimada, das outras formas de poder”. Assim fazem “ignorar-reconhecer a violência que encerram objetivamente” e transformando suas forças em poder simbólico, “capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia”. Analisando o pensamento de Bourdieu, principalmente na frase que praticamente resume sua visão “O poder simbólico é esse poder invisível o qual só pode ser exercido com cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem”, pergunta-se: Será que os que o exercem realmente não o sabem? Esquece-se nesse pensamento a mais óbvia talvez das possibilidades: a daqueles, que segundo o autor não querem saber que lhe estão sujeitos, de na realidade serem lhe tirada a oportunidade (ou impedidos a isso) de o saber e se isso não faria parte ou o objetivo principal nesse jogo social, para que esse poder simbólico ocorra e se garanta legítimo? Se os sistemas simbólicos são produzidos por uma classe dominante que dita suas ideologias para legitimar seu poder de forma a não ser percebida como tal e que na grande maioria das vezes não o é, pois segundo Ricoeur (19880) a ideologia e operatória e não temática: operatória por suceder anteriormente a nós; temática porque “é a partir dela que pensamos mais do que, podemos pensar sobre ela”. Que dizer, é um poder simbólico e arbitrário, pois não expressa seu verdadeiro objetivo ou essência e está materializado em diversos símbolos da sociedade, segundo Althusser em seu artigo “Ideologias e Aparelhos ideológicos do estado”, representados pelos ARE e pelos AIE. Além disso, se a ideologia intrínseca nesses sistemas simbólicos camufla sua verdadeira essência invertendo-a como afirma Marx, é porque, segundo Ricoeur, “certa produção dos homens enquanto tal é inversão”. Dessa forma não teria o poder simbólico o objetivo de se colocar por imperceptível para assim ser ignorado e por tanto reconhecido e legitimado?”

médio como superior. Desenvolvemos nossa dissertação de mestrado, na área de Linguística, no ano de 2001, denominada “Classificado de Jornal: gênero discursivo legitimado pelo projeto do capital” junto ao Instituto de Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Campinas, tomando como referência a problematização de classificados do Jornal “A Província de São Paulo”, no final do século XIX, realizando um estudo comparativo com o Jornal “Folha de São Paulo” no final do século XX. Esse estudo se centrou nas análises de Bakhtin e Todorov, filiados à concepção marxista da linguagem, que possibilitaram uma reflexão aprofundada sobre os jornais. O jornal “Folha de São Paulo”, fundado no final do século XIX com a nomenclatura de “Província de São Paulo”, era representante de ideais republicanos influenciados pelas profundas transformações impostas pelo capitalismo na Europa e disseminação crescente das concepções iluministas.

Esse estudo analisou os classificados de jornal, problematizando a sua estrutura linguística e, principalmente, as transformações que sofreu através do avanço e movimento da história. Trabalhamos a articulação entre a história econômica e a linguística, percebendo, após um árduo levantamento de fontes, que o avanço do capitalismo implicou na mudança da estrutura do jornal. De classificados de jornal para venda de casas e anúncios de venda ou fuga de escravos no século XIX com o tamanho de quase uma página, tecendo detalhes específicos, aos classificados do século XX, menores, com ênfase nas manchetes.

Ao realizar essa afirmação, centramo-nos no debate sobre o tempo na sociedade capitalista. Trabalhamos a tese que o avanço do capitalismo impacta em um processo de aceleração do tempo dos homens, das suas atividades, sejam elas no âmbito da produção de mercadorias, seja na própria construção do lazer, independente daqueles que a ele tenham acesso.

Demonstramos que o tempo inquietou e inquieta cientistas de diferentes áreas do conhecimento. Entre as diferentes concepções epistemológicas sobre o tema se encontra as reflexões de Agostinho em o *Livro XI de Confissões* referentes à noção de tempo e o sentido da vida.

Se existem coisas futuras e passadas, quero saber onde elas estão. Se ainda não posso compreender, sei, todavia que em qualquer parte onde

estiverem, aí não são futuras nem pretéritas, mas presentes. Pois se também aí são futuras, ainda lá não estão; e se nesse lugar são pretéritas, já lá não estão. Por conseguinte, em qualquer parte onde estiverem, quaisquer que elas sejam, não podem existir senão no presente. Ainda que narrem os acontecimentos verídicos já passados, a memória relata não os acontecimentos que já decorreram, mas sim as palavras concebidas pelas imagens daqueles fatos os quais, ao passarem pelos sentidos, gravam no espírito uma espécie de vestígios. [...] a maior parte das vezes premeditamos as nossas ações futuras e essa premeditação é presente, ao passo que a ação premeditada ainda não existe, por que é futura. Quando compreendemos e começamos a realizar o que premeditamos, então nossa ação existirá, porque já não é futura, mas presente. De qualquer modo que suceda esse pressentimento oculto das coisas futuras, não podemos ver senão o que tem de existência. Ora, o que já não existe não é o futuro, mas presente. [...] *“O que agora claramente transparece é que nem há tempos futuros nem pretéritos. É impróprio afirmar que os tempos são três: pretérito, presente e futuro. Mas talvez fosse próprio dizer que os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras.”* (AGOSTINHO, 1973, p.246-8 in BRUNI, 2007, p. 13) (Grifos meus)

Agostinho indica a questão central do tempo e da existência. Todo ser humano em qualquer estágio da espécie humana sempre viveu, e enquanto a espécie existir, sempre viverá no presente. Aqui e Agora. Todo ser social parece ser a síntese dialética do passado que carrega e a potência de seu devir em contexto histórico presente, em que tempos históricos diferentes se sobrepõem a produzir a cultura daquele presente. Cultura que na prática social cotidiana é apropriada e objetivada, reproduzindo cada ser social e a própria espécie humana aqui e agora.²

Na Física Quântica, Einstein questionou a Newton sobre a dimensão do tempo único e uniforme através da extensão do universo. Einstein afirmou que o tempo é uma forma de relação, um processo de síntese de um conjunto de relações físicas não unidirecionais. Kant debateu o conceito de tempo ligado aos progressos da Física e da Técnica. Defendeu a partir de sua experiência pessoal a conclusão de que o conceito de tempo representava uma condição imutável de toda experiência humana.

Norbert Elias demonstrou que o tempo faz parte dos símbolos que os homens são capazes de aprender e com os quais, em certa etapa da evolução da sociedade, são obrigados a se familiarizar, como meios de orientação. O tempo

² João dos Reis Silva Júnior e Carlos Lucena. *O Tempo, o Trabalho e o Ser Social Professor Pesquisador*. Mimeo, 2011

é uma instituição cujo caráter varia conforme o estágio de desenvolvimento atingido pelas sociedades. Com referência à noção de “passado, presente e futuro”, afirma que sua função e sua significação permanecem mal entendidas.

[...] o futuro de hoje é o presente de amanhã, e o presente de hoje é o passado de amanhã. A solução do enigma é muito simples: basta lembrarmos o modo específico de ligação que encontramos em qualquer estudo do tipo de experiência própria do homem, e imaginarmos o aparelho categorial necessário para a representação simbólica dessa experiência. "Passado", "presente" e "futuro" designam o tipo de conceito que se faz necessário para a representação desse modo de ligação. Se a significação de "passado", "presente" e "futuro" — em relação à série de mudanças que podem ser expressas, conforme a escala temporal de nossa era, por uma série linear de números (1605, 1606, 1607 etc.) — está em constante evolução, a razão disso é que os próprios homens a quem esses conceitos remetem e dos quais eles traduzem a experiência estão em constante evolução, e essa relação com a experiência humana vem inscrever-se no sentido desses conceitos. O que são "passado", "presente" e "futuro" depende das gerações vivas do momento. E, como estas se ligam constantemente, era após era, o sentido ligado a "passado", "presente" e "futuro" não pára de evoluir. (...) Os conceitos de "passado", "presente" e "futuro", (...) expressam a relação que se estabelece entre uma série de mudanças e a experiência que uma pessoa (ou um grupo) tem dela. (...) Poderíamos dizer que "passado", "presente" e futuro" constituem, embora se trate de três palavras diferentes, um único e mesmo conceito. (...) as linhas de demarcação entre passado, presente e futuro modificam-se constantemente, porque os próprios sujeitos para quem um dado acontecimento é passado, presente ou futuro se transformam, ou são substituídos por outros. Eles se transformam individualmente, no caminho que os conduz do nascimento à morte, e coletivamente, através da sucessão das gerações (e também de muitas outras maneiras). (Elias, 1998: 64)

É assim que com referência a existência humana, Elias afirma:

É sempre em referência aos seres vivos do momento que os acontecimentos se revestem do caráter de passado, presente ou futuro. Nas sociedades humanas, a experiência vivida de sua estrutura evolutiva pode contribuir para modelar o desenrolar dos próprios processos sociais. Por isso é que a experiência vivida das sequências de acontecimentos é parte integrante, na ordem social, do próprio desenrolar dessas sequências. Mas isso não acontece com relação ao que chamamos de "natureza", isto é, à dimensão física do universo. Assim, o esclarecimento das relações, por vezes confusas, que se estabelecem entre conceitos temporais do tipo "ano", "mês" ou "hora" (ou também "antes" e "depois") e conceitos do tipo "presente", "passado" e "futuro" leva-nos a uma conclusão meio inesperada. Os conceitos do segundo tipo não se aplicam ao nível físico, àquilo que chamamos "natureza", onde a causalidade mecânica passa, com ou sem razão, pelo modo representativo de ligação. Ou então, só se aplicam a ela na medida em que haja seres humanos que remetam a si mesmos os acontecimentos que se desenrolam nesse plano. Os

conceitos de "presente", "passado" e "futuro", de qualquer modo, só podem relacionar-se com o *perpetuum mobile* das cadeias causais que compõem a natureza com base numa identificação de caráter antropomórfico, como quando se fala do futuro do Sol. (idem. *ibid* 1998: 65)

O acelerar do tempo é um processo social que atinge boa parte da humanidade e transforma o jeito de viver de milhares de pessoas. A dimensão dos seres humanos lerem e pensarem naquilo que leram é substituído pelo pressuposto da manchete ser mais importante que o enunciado. A manchete deve falar por ela mesma, ter significado por si só.

A imprensa representa um importante instrumento como fonte de pesquisa para a história e, conseqüentemente, para a história da educação. De acordo com Souza (2011) citando Tânia Regina de Luca, a década de 1930 marcou uma virada em termos da utilização da imprensa como fonte de pesquisa. Os adeptos da terceira fase da Escola dos Annales³ consolidaram o uso de jornais e demais meios impressos como fontes de pesquisa histórica.

As preocupações com a importância da imprensa referendadas pela Escola dos Annales justificam a centralidade desse rico material como fontes de investigação da história da humanidade. De acordo com Sosa:

Analisar um texto jornalístico de períodos de exceção demanda uma leitura que decodifique dois níveis discursivos, via de regra presentes: um objetivo, outro subjetivo; o primeiro, fazendo o registro possível, permitido ou imposto, e o segundo desvelando eventual resistência – subterrânea, sub-reptícia – às imposições do poder. (...) a imprensa em questão é a que se manifesta no jornalismo impresso, e é entendida não como um nível isolado da realidade social na qual se insere, mas que ela representa, fundamentalmente, um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, pensando ainda, como indicou Gramsci, que, muitas vezes as funções desempenhadas por um jornal, atuando como uma força dirigente ou orientadora, pode se equiparar, ou mesmo ultrapassar as funções desempenhadas pelos partidos políticos. Os jornais estão localizados na encruzilhada desses elementos: estado, política e poder, combinando-se com eles, ora endossando o discurso oficial, ora opondo-se a ele. O discurso jornalístico, como já referenciado

³ A escola dos *Annales* renovou e ampliou o quadro das pesquisas históricas ao abrir o campo da História para o estudo de atividades humanas até então pouco investigadas, rompendo com a compartimentação das Ciências Sociais (História, Sociologia, Psicologia, Economia, Geografia humana e assim por diante) e privilegiando os métodos pluridisciplinares. Em geral, divide-se a trajetória da escola em quatro fases. Primeira geração - liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre. Segunda geração - dirigida por Fernand Braudel. Terceira geração - vários pesquisadores tornaram-se diretores, destacando-se a liderança de Jacques Le Goff e Pierre Nora, além de Philippe Ariès e Michel Vovelle; na arqueologia, destaca-se Jean-Marie Pesez. Quarta geração - a partir de 1989.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_dos_Anales acesso dia 10 de abril de 2011 8 horas

anteriormente, obedece às regras históricas e é o resultado de uma posição sócio-histórica, na qual os enunciadores se revelam substituíveis e o conteúdo apresentado está visceralmente ligado ao seu tempo. Dito de outra forma, os discursos construídos pelos jornais estão balizados pelo contexto em que foram criados. (2006. p. 109 - 110)

De acordo com Capelatto (1991) poder da imprensa marcou presença nas preocupações dos literatos e políticos do século XIX até o momento atual, seja nas ações positivas ou negativas. Em períodos da história da humanidade, a imprensa é interlocutora das visões de mundo e projetos de sociedade no presente e para o futuro dos homens do seu tempo. É assim que os jornais apresentam articulações, visões de governo heterogêneas, conspirações, entre outros movimentos políticos.

Sosa (2006) contribui com essa discussão ao afirmar que a imprensa é uma instituição tanto pública como privada. Como instituição privada trabalha na dimensão da concorrência e como instituição pública atua como uma mercadoria com significação política.

Para Fonseca (2008) a imprensa é voltada para a formação do consenso em uma sociedade composta por grupos sociais em disputa.

Do ponto de vista conceitual, a *grande imprensa* é aqui considerada a instituição que, nas sociedades complexas, é capaz simultaneamente de publicizar, universalizar e sintetizar as linhagens ideológicas. Isso porque a periodicidade diária (que lhe confere mais agilidade do que as revistas semanais), com todo o aparato das manchetes, editoriais, artigos, charges, fotos, reportagens, dentre outros recursos, possibilita aos jornais a influência sutil, capaz de sedimentar – embora de forma não mecânica – uma dada ideia, opinião ou representação. Não bastasse isso, os conceitos provindos de para além da clareza do poder ideológico que possuem, objetivam a veiculação de ideias que influenciem: a chamada “opinião pública” (expressão que, na verdade, evoca a opinião dos próprios periódicos, mas que se quer universalizada), os detentores do poder estatal, e determinados segmentos sociais (dos quais, por vezes, são porta-vozes). O que pode ser confirmado, a rigor, pela intensa participação que estes jornais tiveram em momentos candentes da história política do país. A grande imprensa, portanto, concebida como ator político/ideológico, deve ser analisada “(...) fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social.” Além do mais, a imprensa representa uma instituição em que “(...) se mesclam o público e o privado, [em que] os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal. Os limites entre uns e outros são muito tênues”. Afinal, trata-se de uma das instituições mais eficazes na inculcação de ideias no que tange a grupos estrategicamente reprodutores de opinião – constituídos pelos estratos médios e superiores da hierarquia social brasileira –, caracterizando-se (seus

órgãos) como fundamentais *aparelhos privados de hegemonia* – isto é, entidades voltadas à propagação de ideias com vistas à obtenção da hegemonia. (Fonseca, 2008, s/p)

Ainda com referência à imprensa, Fonseca (2008) demonstra o seu funcionamento interno e a construção de um conjunto de notícias responsáveis pela expressão das ideologias do seu tempo.

Mesmo levando-se em consideração que a elaboração de um jornal seja tarefa altamente complexa, em razão da quantidade de pessoas envolvidas, da diversidade de temas, da velocidade da informação e do próprio “processo de produção jornalístico”, que se inicia com as fontes/bastidores/reportagens e se completa na impressão das páginas do periódico, dentre tantos outros aspectos, há no jornal um linha ideológica, um eixo que particularmente os *editoriais* expressam: daí serem objeto de análise, embora não apenas, deste texto. A *rígida hierarquia* existente nos órgãos da grande imprensa demonstra claramente que, apesar dessa extrema complexidade, seus proprietários possuem um amplo controle sobre o “processo de produção da informação”, e conseqüentemente sobre o produto final, a (mercadoria) notícia. Afinal, os jornais são *empresas capitalistas*, que, como tal, objetivam o lucro. Este papel empresarial, contudo, torna-se distinto de seus similares de outros setores, pois, para além de seu poder de modelar a opinião, sua mercadoria – a notícia – está sujeita a variáveis mais complexas e sutis. Contudo, o poder da imprensa implica um instável equilíbrio entre formar opinião, receber as influências de seus leitores e de toda a gama de fornecedores e anunciantes, auferir lucro e atuar como aparelho privado de hegemonia, entre outros aspectos. (Idem ao anterior)

É com referência a essas afirmações que afirmamos que os discursos presentes na imprensa não são neutros, negando com essa afirmação as concepções positivistas, pelo contrário, suas notícias e enunciados manifestam projetos de sociedade a ela vinculados. A concepção de como deve ser a sociedade materializam as escolhas editoriais dos que a elaboram.

A informação obedece, assim, ao critério de uma seleção editorial, que por sua vez está ligada ao espaço social. O discurso, pois, contido nessas informações segue as intenções mais diversas, seja do autor da matéria, do editor do jornal, dos patrocinadores ou do governo. Nenhuma informação, por maior pretensão que tenha de ser imparcial, consegue sê-lo. Mesmo o jornalismo informativo moderno não perdeu o caráter político e suas inter-relações com o poder, que fazem da imprensa escrita o principal alvo dos governos autoritários. (Sosa, 2006, p. 121)

A imprensa escrita é uma importante fonte histórica para a recuperação e entendimento da história do Brasil. Os anos de 1930 até 1945 são exemplos

dessa afirmação. Considerado um dos períodos históricos mais ricos da história do país, dado ao número de contradições apresentadas, bem como a contradição entre a opressão ao pensamento crítico e a construção das bases do nacional-desenvolvimentismo, apontou ações diferenciadas do Governo Federal para com a imprensa.

O debate educacional foi rico no país. Acirram-se as disputas entre concepções educacionais. A década de 1930 assistiu a um intenso debate educacional, do qual os principais atores, não que outros não tivessem existido, foram os liberais e os católicos. De acordo com Orlando e Nascimento (2007)

O catolicismo, até então detentor do campo educacional, sofreu um duro golpe com a laicização que se instaurou na sociedade brasileira através do movimento liberal e que ganhou corpo no cenário nacional. A separação entre Igreja e Estado ensejou algumas medidas com as quais as autoridades eclesiais buscaram recuperar a força da instituição católica. Tal processo impeliu introduzir no Brasil o movimento de romanização a fim de unificar os católicos e traçar diretrizes consoantes com o espírito romano. Essa unificação resultou, entre outras coisas, em uma proposta de solidificação da moral católica que sempre gozou de uma certa elasticidade na colônia portuguesa. Desde o século XIX houve um forte investimento em tal projeto de moralização do catolicismo, através de uma formação mais rígida e mais seletiva do corpo sacerdotal. Contudo, foi a aproximação com Roma que ditou a nova trilha do catolicismo brasileiro. (Orlando e Nascimento, 2007: 180)

Orlando e Nascimento (2007) afirmam que o crescimento de novos movimentos religiosos no Brasil, o avanço do laicismo na educação, as campanhas anticlericais embasadas pelo liberalismo levaram a Igreja a pressionar o governo federal visando a manutenção de sua hegemonia na educação.

De acordo com Orlando e Nascimento (2007) as:

[...]“disputas que se instauraram em torno do campo educacional do início dos anos 20, tendo por ambiente legitimador a Associação Brasileira de Educação. O movimento de repolitização que se deu no interior da Associação, a presença de intelectuais católicos desde o início da fundação da Associação, a ausência de um antagonismo mais contundente entre os projetos revela a disputa política do campo educacional, o método ativo presente no discurso católico, as diferentes apropriações que se fez do movimento, a figura de Fernando Magalhães e Oliveira Barbosa como importantes intelectuais católicos que utilizaram amplamente o espaço da Associação são reveladores da presença e luta constante da Igreja nos ambientes legítimos de discussão educacional em busca dos meios necessários para a efetivação dos seus projetos. “Para o grupo católico na ABE, a questão ‘formação das elites’ referia-se principalmente à constituição

de quadros intelectuais que disseminassem o que era proposto como “tradição cultural impregnada de catolicidade”.(CARVALHO, 1998, p.348). As estratégias adotadas pela Igreja para se manter no campo a enraizou profundamente no ensino secundário, controlado praticamente pela rede de estabelecimentos de ensino que esta organizou, além do Centro D. Vital, a revista *A Ordem* e a Associação de Universitários Católicos. O ensino primário não contava com a sua presença. Segundo Souza (2005), entre 1920 e 1930, o número de alunos no ensino primário no Brasil havia quase duplicado, com tendência a acelerar essa expansão, se constituindo em uma parcela da população sobre a qual a Igreja não detinha nenhum controle. A luta pela introdução do ensino religioso nas escolas públicas visava garantir a sua influência sobre as classes populares e urbanas. Horta esclarece que a educação religiosa era mais um mecanismo para reforçar a disciplina e a autoridade. Assim, o ensino religioso, ao mesmo tempo em que servia de instrumento para a formação moral da juventude, tornava-se também um mecanismo de cooptação da Igreja Católica e uma arma poderosa na luta contra o liberalismo e o comunismo e no processo de inculcação dos valores que constituíam a base de justificação ideológica do pensamento político autoritário (1994, p. 291) A ignorância religiosa era posta pela Igreja como a causa de todos os males e a instrução religiosa da população seria o remédio que curaria a sociedade desse mal. Essa teoria justificava as várias intervenções da Igreja nos diferentes setores da sociedade, inserindo-se nas questões sociais, políticas e ideológicas, ultrapassando com isso a esfera religiosa, mas assegurando-se de preservar, através dos mecanismos necessários, a sociedade da influência de outros credos religiosos.” ORLANDO, Evelyn de A. NASCIMENTO, Jorge C. do, *Scientia Plena*, V.3, n. 5, 2007. P. 180-185

A imprensa foi um importante instrumento para divulgação desses conflitos. Foi também em seu interior que se manifestaram as disputas entre os católicos e os liberais, produzindo ideologias voltadas à divulgação dessas ideias. Esse debate também esteve presente na região do Triângulo Mineiro. Essa afirmação é fundamental para a pesquisa que aqui realizamos. As percepções de como os representantes do pensamento educacional do Triângulo Mineiro por meio do jornal percebem esse debate, aproximando de uma ou outra concepção através da manifestação na imprensa, constitui-se no tema de investigação dessa pesquisa.

Tomamos como referência a análise da veiculação do pensamento educacional no Triângulo Mineiro, expresso pela imprensa das cidades de Uberlândia, Uberaba e Araguari entre os anos de 1930 e 1945 e analisaremos os Jornais “A Tribuna” de Uberlândia, “Correio Cathólico” de Uberaba, “Lavoura e Comércio” de Uberaba e jornal “O Triângulo” de Araguari.

A escolha desses jornais deveu-se aos fatores aqui apresentados. Em primeiro lugar, por estarem entre os principais veículos de informação impressa do Triângulo Mineiro. Em segundo lugar, por apresentarem diferentes orientações políticas quanto ao seu conteúdo. Em outras palavras, o jornal “Correio Cathólico” e o jornal “O Triângulo” de Araguari representam o pensamento católico da região em estudo. O jornal “Lavoura e Comércio” representa o pensamento liberal presente na região, dando ênfase às concepções do Rotary Club. O jornal “A Tribuna” apresenta-se de forma mista, dando voz tanto ao seguimento católico, como liberal, bem como as demais correntes de pensamento existentes na região e não hegemônicas quanto a suas visões de mundo perante a sociedade.⁴

Defendemos a tese que estes jornais manifestaram as visões de mundo das classes dominantes locais, demonstrando, em que pese as suas cisões internas na luta da hegemonia política da região, a defesa de processos conservadores, intimamente relacionados com os interesses do governo Vargas e a reprodução do capital. Os projetos educacionais presentes na região expressaram esta relação histórica e política.

A problematização destas diferentes concepções políticas do jornal é fundamental para a pesquisa e estudo do pensamento educacional na região em investigação. A análise da manifestação do pensamento educacional na imprensa do Triângulo Mineiro entre os anos de 1930 a 1945 não se compreende por si só. Ela se explica por meio da história e dos conflitos sociais do seu tempo. Partimos do princípio, em negação a concepções mecanicistas que desconsideram a dialética do presente com o passado, que a história é movimento e contradição. Ao realizar esta afirmação, entendemos a contradição como categoria do materialismo dialético que se apresenta na realidade objetiva. A Lei da Contradição se manifesta na unidade e luta dos contrários. A contradição é o resultado do choque dos contrários. A negação dialética é o resultado da luta dos contrários, é objetiva e significa a passagem do inferior para o superior, mas também do superior para o inferior. Na luta dos contrários, o novo não elimina o velho de forma absoluta. O novo significa um novo objeto, uma nova qualidade, mas o novo possui elementos do antigo, os

⁴ Apesar de o jornal apresentar poucos artigos com uma severa crítica ao capitalismo, sua formação editorial é conservadora tal qual demonstraremos um pouco mais a frente

elementos que são considerados positivos na estrutura no novo e continuam existindo dentro dele. Seu objetivo implica na problematização do passado, como forma de dar sentido ao presente.

Ter como princípio dimensões dialéticas coloca o desafio de recuperar a própria realidade, verificando a transformação da matéria e a realização da passagem de formas inferiores a formas superiores de processos humanos. A dialética em sua dimensão materialista ressalta a importância da prática social como critério de verdade. As verdades científicas significam graus de conhecimento limitados pela história.

A dialética apresenta alguns pressupostos que são fundamentais para a problematização da sociedade em negação ao mecanicismo. Entre esses pressupostos estão presentes as discussões sobre a qualidade e a quantidade. O processo social além da qualidade tem a quantidade. Conhecê-lo significa avançar no seu conhecimento. A quantidade caracteriza o processo social sob a ótica do desenvolvimento expresso por um número. A quantidade e a qualidade estão unidas e são interdependentes. A qualidade de um processo social não se transforma por uma simples mudança da quantidade. Mas a mudança da qualidade depende, em determinado momento, da transformação de quantidade. Para que essas mudanças ocorram, é necessário que se rompam os limites das mudanças quantitativas. Para que um objeto se transforme em outro, proporcionando uma nova qualidade, deve ser reconhecida a existência de uma unidade que se denomina medida. A medida é uma dimensão, um quadro, um padrão. As mudanças qualitativas produzem mudanças quantitativas. Ambas estão ligadas entre si, são interdependentes.

É por isso que apenas mudanças quantitativas não resolvem os problemas educacionais. O que está em jogo não é apenas oferecimento quantitativo escolar, mas também, a concepção de educação oferecida no seu tempo. Essa afirmação coloca um grande desafio à história da educação manifesto no abismo existente entre o conceito de mudança e de transformação social. A educação pensada nas fronteiras de mudança social tem como base os aspectos quantitativos. Os processos impostos apenas mudam de lugar, se dão na aparência e não na essência daquilo que são. A educação pensada na transformação social tem seus princípios na ruptura tanto na aparência, como

na sua própria essência. É produto de um movimento material e dialético presente na história.

As afirmações epistemológicas apresentadas são fundamentais para a problematização do objeto em estudo. A busca da dialeticidade deste processo expresso na imprensa constitui em desafio considerável. A documentação a ser utilizada na pesquisa é ampla. O levantamento das matérias jornalísticas em Jornais do Triângulo Mineiro entre 1930 a 1945 constitui-se em árdua tarefa, mas que pela riqueza de dados e informações é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao levantar essas fontes tomaremos por referência a contextualização histórica das notícias ali vinculadas. O importante é percorrer um caminho através do qual as fontes “falem” e expressem o projeto de sociedade de quem as construiu. Este entendimento implica em um desafio teórico em não percorrer pelas fronteiras do positivismo por meio do qual as fontes falam por si só. Acreditamos na necessidade de interpretá-las, criticá-las e remetê-las ao contexto sem perder de vista o que elas querem dizer.

A pesquisa é dividida em quatro partes. A primeira parte denominada “Um breve histórico da imprensa e sua importância cultural” analisa a história da imprensa dando ênfase nas suas propostas vinculadas aos projetos de visões de mundo das classes sociais que a produzem.

A segunda parte “Imprensa, política e educação” analisa as relações entre a imprensa e a política no Brasil tomando como referência o Estado Novo. Recupera o debate sobre as principais correntes políticas em disputa no Estado Novo e suas propostas sobre a educação.

A terceira parte “O pensamento político no Triângulo Mineiro na década de 1930 e início dos anos 40 manifesto pela imprensa” demonstra, através das fontes pesquisadas, as concepções políticas existentes na região do Triângulo Mineiro sobre o Estado Novo.

A quarta e última parte “A imprensa e a educação no Triângulo Mineiro”, também se debruça sobre as fontes investigadas nos mesmos jornais, demonstrando o pensamento educacional existente na região, suas visões de mundo e pressupostos.

Esperamos que este estudo contribua para a discussão sobre a história da educação no Triângulo Mineiro trazendo fontes históricas e fundamentos para novas pesquisas sobre o tema.

I

UM BREVE HISTÓRICO DA IMPRENSA E SUA IMPORTÂNCIA CULTURAL

A recuperação da história da educação por meio da imprensa na região do Triângulo Mineiro articulada aos processos econômicos, políticos e sociais, tanto em âmbito nacional, como internacional, constitui-se em grande desafio. Problematicá-la, implica em conceber os princípios da história em movimento, um movimento dialético em que os homens do presente explicam os homens do passado, pois é o resultado de suas mediações e contradições. É a dimensão tão bem problematizada por Marx nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos no qual uma forma anterior só pode ser compreendida quando se conhece a forma superior. A economia burguesa fornece a chave da economia da antiguidade. A anatomia do homem é a chave para a compreensão da anatomia do macaco.

A busca de fontes que deem sentido à história da educação, seja ela local, regional, nacional ou internacional, é outro desafio que se coloca aos pesquisadores. As fontes expressam processos humanos em disputa e em contradição uns com os outros. As fontes não se explicam por si só, não falam por si mesmas, como apontam as matrizes positivistas e mecanicistas da história, ao contrário, elas devem ser interpretadas, problematizadas. O papel do pesquisador é dar-lhes sentido, articulando-as a um processo maior, buscando significados.

1.1 – Imprensa e linguagem: pressupostos teóricos.

O debate sobre a imprensa não é novo. A publicidade, em torno de projetos e propostas de sociedade, motivou civilizações, acirrou conflitos e disputas, perpetuou grupos no poder.

“A publicidade, que é uma serva da curiosidade humana, usou de vários processos antes da imprensa. Sem querer falar nos rapsodos, nem nos anais em que os povos antigos registravam a crônica de sua existência, vamos encontrar nas *Acta Diurna Populi Romana*,

instituídas no tempo de César, o primeiro ensaio de periodismo, sob uma forma, como observava Boissier, de gazeta oficial encarregada de divulgar os fatos que mais de perto diziam com os governadores. Era um órgão informativo, sem intuito de discussão de idéias ou, muito menos, de doutrinação política. Assim se explica que houvesse gozado, sob o regime dos Césares, de liberdade, uma vez que não se descobria nele nenhuma inconveniência.” (Barbosa Lima Sobrinho, 1997, p.17)

A construção do jornalismo se deu em um longo processo de maturação relacionado às transformações na sociedade.

“O jornalismo surgiu, aliás, sem saltos, decorrendo lentamente de práticas que pouco a pouco se aperfeiçoavam. Já no século XV se notava o uso de avisos, sob condição de reciprocidade e por meio dos quais alguns centros populosos se comunicavam com outros, dizendo e recebendo informações. As lutas religiosas vulgarizavam essas praxes, e a intensificação das permutas foi melhorando regularmente o serviço, criando profissionais que dele se encarregavam. O emprego da imprensa, nesse processo de divulgação de novidades, veio criar os primeiros ensaios de jornalismo com as publicações, a princípio anuais e pouco depois semestrais. Daí se chegou aos hebdomadários e um pouco mais tarde aos diários.” (idem. *ibid*: p.18)

De acordo com Barbosa Lima Sobrinho (1997), o século XVII assistiu ao rápido crescimento dos jornais na Europa. Em 1631 Theophraste Renaudot fundava, em Paris, a *Gazette de France*; em 1664 surgia ali o *Journal des Savants* e oito anos depois o *Mercurie Galant*.

O avanço tecnológico e a crescente dimensão urbana da sociedade impulsionada por profundas transformações culturais, econômicas e políticas impulsionaram a elaboração de jornais e o crescimento da imprensa. A luta contra a censura dos setores dominantes no século XVIII acirrou o papel da imprensa na história da humanidade.

“Aos poderes públicos não convinha conceder-lhe uma prerrogativa que seria o sacrifício daquele absolutismo que fruía e a submissão do governo diante da opinião pública. Nenhuma conquista democrática poderia ser mais expressiva e influente, e por isso mesmo mais difícil.” (idem. *IBID*: p.20)

A história do jornalismo foi marcada por restrições políticas, quebra de máquinas, entre outras ações. Como bem afirma Sobrinho, a “liberdade de imprensa resultou da marcha concordante das liberdades individuais, da elevação do nível da democracia e da cultura, a cujo desenvolvimento, por sua vez, prestou os melhores serviços. Por fim, os próprios governos se

convenceram de que o maior castigo estava, não nos ataques da imprensa, mas no seu silêncio.”(Barbosa Lima Sobrinho, 1997, p.22)

“Essas linhas gerais da história da imprensa inglesa se repetem com muito poucas variantes por toda a parte. Na França, antes que a opinião pública conseguisse emancipar o jornalismo da perseguição governamental, ele se defrontou com obstáculos que deram à sua marcha aparências de odisséia. E tanto mais vexatórias pareciam ali as restrições, quando se aplicavam a um país que pode ser denominado a pátria da irreverência. Muitos dos seus autores imprimiram as suas obras no estrangeiro, principalmente em Genebra e na Holanda, que foram por muito tempo centros de livre pensamento. A ideologia política, traduzindo as aspirações gerais, consagrou em fórmulas generosas a liberdade de opinião, a respeito da qual dizia energicamente a Declaração dos Direitos do Homem em 1789: “A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem. Qualquer cidadão pode falar, escrever, imprimir livremente, respondendo entretanto pelos abusos que venha a fazer de tal liberdade”. Não pense que essa liberdade que com tanta arrogância se proclamava existisse de fato. Ela foi incerta no período revolucionário, desapareceu sob o primeiro império e se apresentou peiada até a Terceira República. Através de todas essas fases, a legislação relativa à imprensa traduz uma batalha entre o governo e os jornais, que viram surgir diferentes medidas, como a censura prévia, a autorização do rei para a fundação do jornal, cauções elevadíssimas dadas em depósito, a suspensão da publicação das gazetas. Só em 1830 aboliu-se a censura prévia, contra a qual se movera terrível campanha, de que Benjamin Constant figurou nas primeiras filas, firmando-se no argumento de que aquela medida devia ser afastada no próprio interesse dos governos. Suprimida a censura, o governo empregou outros meios coatores, para que se veja até que minúcias desceu a ação perseguidora, basta considerar a lei determinando que, no júri, a maioria simples condenava o culpado de delitos de imprensa, ou ainda aquela outra que, colocando vários delitos de imprensa dentro de uma nova classificação de ‘delitos contra a segurança do Estado’, os retirava da competência do júri.” (idem. IBID: p.23)

O crescimento da imprensa se deu com a urbanização gradativa da sociedade. Ela é um fenômeno urbano, cuja importância se manifesta com o aumento dos conflitos e contradições presentes na história.

De criatura a imprensa evoluiu a criador e tão grande chegou a ser a sua força que os homens avisados a batizaram como “quarto poder”, aquele que vinha incorporar-se aos outros poderes do Estado- o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Mas em verdade ela não veio a ser um poder complementar e sim um poder à parte, aquele capaz de influir sobre todos os outros, pois podia contra eles formar a irresistível corrente da opinião pública.” (idem. IBID: p.27)

A modernização da imprensa implicou no incremento tecnológico de maquinário específico para esse fim. O uso da fotografia, da gravação, do telégrafo, entre outros tantos, impulsionou uma sociedade de cunho histórico

globalizado a elevar a velocidade da informação. O acúmulo crescente de capital relacionado às transformações políticas e culturais que influenciavam de forma gradativa milhões de seres humanos transformou a imprensa, atribuindo novos sentidos e significados. Ao fazer esta afirmação, percebemos a globalização, expressão da dialética cultural da humanidade, como um fenômeno histórico e não conjuntural, presente em toda a história da humanidade.

O avanço de uma sociedade composta por interesses crescentes da reprodução do capital e suas visões e percepções de mundo colocou pressupostos de atuação à imprensa.

Viu-se a imprensa obrigada a modelar-se pelos novos costumes, adotando várias praxes, como a elevação do preço dos anúncios ou a inclusão de matéria paga nas seções editoriais. E porque ainda não parecesse bastante e conviesse adquirir o apoio de um público numeroso- ponto de partida para o sucesso comercial- a imprensa procurou servir as tendências populares, em vez de as orientar, como acreditava possível, na sua ingênua confiança, o jornalismo romântico. Conquistar o público, entretanto, foi para ela menos vitória de idéias do que simples *negócio*, defesa natural das somas empenhadas na empresa. A imprensa torna-se simplesmente indústria. (...) Essa industrialização crescente da imprensa cria, como já assinalamos, o grande noticiário dos jornais, sob a forma de serviço telegráfico ou de serviço de reportagem. Depois, quando a imprensa acostuma o povo a esses processos modernos, o noticiário afasta as preocupações políticas e o artigo solene, o antigo artigo de fundo metido em austeridade, vale menos do que um fato corriqueiro encimado por um título de sensação. Quando o jornalismo chega a esse ponto, nenhuma folha consegue vencer senão amoldando-se a essas tendências.” (idem. IBID: p.47)

É o que Gramsci denuncia em “Os jornais e os operários” publicado em 1916, afirmando que a imprensa não é neutra, mas sim representa o projeto e visão de mundo de quem a controla. Gramsci denuncia a imprensa como importante instrumento de dominação ideológica da burguesia sobre os trabalhadores.

“O governo aprova uma lei? É sempre boa, útil e justa, mesmo se não é verdade. Desenvolve-se uma campanha eleitoral, política ou administrativa? Os candidatos e os programas melhores são sempre os dos partidos burgueses. E não falemos daqueles casos em que o jornal burguês ou cala, ou deturpa, ou falsifica para enganar, iludir e manter na ignorância o público trabalhador. (Gramsci, 1919: s.p.)

O conceito de visão de mundo é problematizada por Lucien Goldmann. Goldmann (1959) entende que uma visão de mundo corresponde às aspirações, sentimentos e ideias de membros de um grupo vinculados a uma classe social em oposição a outros grupos. É um fenômeno de consciência coletiva que expressa o máximo de consciência do seu tempo.

O que é uma visão de mundo? Já o escrevemos anteriormente: não é um dado empírico imediato, mas ao contrário, um instrumento conceitual de trabalho, indispensável para compreender as expressões imediatas do pensamento dos indivíduos. Sua importância e sua realidade se manifestam mesmo no plano empírico, desde que a ultrapasse o pensamento e a obra de um só escritor. (GOLDMANN, 1967, p. 17).

De acordo com Frederico (2005) para Goldmann, contrariamente, a criação cultural é movida pela aspiração a um máximo de coerência e *consciência possível*. Essa intencionalidade não é a vingança do recalcado contra as censuras impostas pela consciência, mas o trabalho da própria consciência em busca do esclarecimento: a aspiração à coerência projeta um mais-além, uma antecipação da consciência em relação à imediatez.

Quando analisamos as visões de mundo presentes em um período histórico, verificamos que as mesmas expressam as relações políticas de um tempo, de uma sociedade em transformação e contradição. É a história em movimento que dá sentido e anuncia a materialidade das ações humanas. A imprensa, por sua vez, manifesta essas mediações, até por ser um espaço contraditório em que se apresentam as ideologias das classes dominantes, mas, ao mesmo tempo, a resistência a essas mesmas ideologias. Ela não se resume a apenas um jornal, mas sim na totalidade da sua produção expressa em projetos sociais heterogêneos.

A imprensa pode desenvolver uma função política, econômica e informativa. Ela atua como uma forma de linguagem, expressão humana que possui características próprias, permitindo aos homens se compreenderem e se manifestarem. A linguística atribui essa condição à dimensão de gêneros de discurso.

De acordo com Todorov (1980), os gêneros vêm de outros gêneros, isto é, vários artigos transformam-se num novo gênero. O surgimento de um novo gênero ocorre a partir da transformação de um ou mais gêneros antigos, seja por inversão, deslocamento ou por combinação. Todorov (1980) aprofunda

seus estudos analisando as frases. As mesmas são vistas como uma entidade de língua e de linguística, uma combinação possível de palavras que tem um significado. Um discurso não é feito apenas de frases, mas sim, de frases enunciadas. Esta enunciação inclui um locutor que enuncia, um alocutário a quem ele se dirige, um tempo e um lugar, um discurso que precede e que se segue. Ao mesmo tempo, as frases não são neutras, pois possuem um significado ideológico. Este significado varia entre uma sociedade e outra, de acordo com os graus de codificação que são empregados.

Uma sociedade seleciona os atos de fala que se aproximam de sua ideologia. Por isso, alguns gêneros continuam existindo numa sociedade e não em outra. O leitor passa a ter em alguns, papel explícito através de sua representação no próprio texto. De acordo com Brandão (1991) a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social, não sendo neutra nem natural, pois é através dela que se manifestam as diferentes concepções de mundo. É através da mesma que o conflito se materializa, não podendo ser compreendida como algo separado da sociedade.

Os classificados de jornal, do final do século XIX, que enunciavam aspectos relativos à escravidão exemplifica esta afirmação. A abordagem desses classificados numa perspectiva histórica e social demonstra as relações sociais num determinado período da história. A leitura de um jornal pode manifestar no caso da escravidão, as posições através de artigos dos abolicionistas, do conflito que ocorreu na sociedade que levou a profundas transformações no país. As falas de Mussolini no fascismo italiano só podem ser compreendidas sobre a dinâmica da sociedade que levou a Itália à 2ª guerra mundial.

Bakthin (1992) defende a natureza social e não individual da fala. A fala é algo sempre ligado às condições de comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais. É através dela que se materializam os valores sociais contraditórios. Brandão (1991), em uma mesma perspectiva epistemológica de Todorov (1980), afirma que a língua não é neutra. Para Bakthin, os conflitos da língua não são neutros ou naturais, mas o palco onde se remetem os conflitos de classe.

A comunicação verbal, inseparável de outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou

resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar o seu poder etc. Na medida em que às diferenças de classe correspondem diferenças de registro ou mesmo de sistema (assim a língua é sagrada para os padres, o terrorismo verbal da classe culta etc.), esta relação fica ainda mais evidente; mas, Bakhtin se interessa, primeiramente, pelos conflitos no interior de um mesmo sistema. Todo signo é ideológico; a ideologia é um reflexo das estruturas sociais; assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua. (Bakhtin, 1992: p. 14)

Os homens expressam-se por meio da linguagem, tendo a imprensa como instrumento de suas diferentes visões de mundo e projetos distintos de sociedade. Gramsci contribui para essa discussão estabelecendo as relações entre a sociedade e os intelectuais. Orientado por princípios do materialismo histórico dialético, desenvolve suas reflexões dando um salto para além de análises economicistas, recuperando, isso sim, a centralidade da cultura e da política na história da humanidade.

Antonio Gramsci (1995) reconheceu a força da dominação ideológica da classe no poder, estabelecendo uma subordinação intelectual junto aos dominados. Esta ideologia da subordinação intelectual faz com que as classes subalternas não reconheçam seu próprio valor, atribuindo somente aos dominantes as virtudes necessárias à condução dos processos políticos, econômicos e sociais.

Gramsci (1995) propõe uma reflexão a partir dos conceitos de Senso Comum e Bom Senso. O Senso Comum é a visão de mundo das classes subordinadas, entremeada de conceitos contraditórios e de ideologia dominante. Aparentemente, o Senso Comum seria uma área completamente dominada pela classe no poder, via ideologia. Entretanto, Gramsci aí identifica uma pequena parte, por ele denominada Bom Senso, que constituiria o núcleo sadio do senso comum.

O Bom Senso é a parte da cultura popular que pode ser trabalhada num sentido revolucionário. Portanto, trata-se de alargar a porção de Bom Senso no interior do Senso Comum. O caminho para se alcançar esta percepção está segundo ele, na chamada "Filosofia da Práxis", um codinome para um tratamento dialético da relação Teoria/Prática, onde Prática e Teoria não se dicotomizam, mas são momentos concomitantes de um mesmo processo de

percepção de mundo. Este trabalho de crescimento do Bom Senso dentro do Senso Comum via Filosofia da Práxis seria realizado por homens aos quais Gramsci denomina de "Intelectuais Orgânicos". "Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais."(Gramsci, 1995: p.07)

Gramsci (1995) acredita que todos os seres humanos são indivíduos pensantes, capazes de determinar nossas próprias atitudes, logo intelectuais. Entretanto, os intelectuais orgânicos são pessoas dedicadas especificamente ao trabalho de formação política e ética das massas. Este intelectual não tem o cunho que cotidianamente a ele se dá, como de uma pessoa escolarizada, geralmente de curso superior. Esse ser humano pode ser, inclusive, alguém analfabeto. O importante é que o intelectual orgânico possui uma preocupação maior que a média em conduzir pequenas partes do processo revolucionário, com a habilidade política para infiltrar a ideologia do dominado no interior da classe dominante. Este processo, lento, mas revolucionário, estabelece, uma revolução mais consistente por trabalhar as consciências das massas, verdadeira instância de revolução, numa perspectiva de classe.

Gramsci (1995) percebe a história e a sociedade como um processo ao qual se desenvolve a disputa dos intelectuais orgânicos com os tradicionais. Os últimos atuam construindo o consenso entre o Estado e a sociedade. São, no sentido pleno, funcionários das superestruturas, intelectuais que apesar de tentar manter uma aparência de neutralidade, de não estar ligados a nenhuma classe social, na realidade são porta vozes do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político. O objetivo de toda classe social, ao alcançar o poder, é obter a "hegemonia".

A hegemonia é o processo de domínio e ascendência de uma classe por outra, no decorrer de um determinado processo histórico. A mesma pode se apresentar como domínio e como direção intelectual e moral. O preparo das classes subordinadas para exercer o poder revolucionário consiste justamente na consciência e no aprendizado dos valores necessários ao exercício destas funções da hegemonia. A luta de classes visa justamente o controle hegemônico do Estado. Esses são pressupostos fundamentais para problematizarmos, nas partes III e IV desta pesquisa, os fundamentos e

princípios das disputas entre os católicos e os liberais expressos pela imprensa no Triângulo Mineiro.

O processo hegemônico não se dá ao acaso. A hegemonia é formada por instituições, como, a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc., que constituem aparelhos de hegemonia de uma classe, em suas múltiplas articulações e subsistemas: o aparelho escolar (da escola primária à universidade), aparelho editorial e cultural (das bibliotecas aos museus), organização da informação (jornais, diários e revistas), o quadro de vida e até o nome das ruas.⁵

Ela ocorre por vários motivos. Um deles é a questão da ideologia dominante, enraizada nos Aparelhos Ideológicos citados por Althusser (1974). Outro motivo é que a dominação não se dá apenas em nível da hegemonia, via ideologia. A dominação também se produz e reproduz via coerção, por vezes física. O Estado capitalista, para Gramsci, assenta-se na equação: Estado = sociedade civil + sociedade política, ou hegemonia revestida de coerção. Isto constitui aquilo que, para Gramsci, faz o "Bloco Histórico", ou seja, um processo hegemônico onde uma classe se mantém no poder através de complexos esquemas de hegemonia e coerção.

Tal qual afirmamos anteriormente, com referência ao jornal, Gramsci o identifica como sendo um aparelho de hegemonia de uma classe social. O jornal deve construir um edifício cultural, que tem início através da língua, isto é, do meio de expressão e de contato recíproco. O jornal desenha um mapa intelectual e moral do país, localizando os grandes movimentos de ideias, os grandes centros e a divulgação dos movimentos inovadores.

[...] uma associação normal concebe a si mesma como uma aristocracia, uma elite, uma vanguarda, isto é, concebe a si mesma como sendo ligada por milhões de fios a um determinado agrupamento social e, através dele, a toda a humanidade. Portanto, esta associação não se considera como algo definitivo e enrijecido, mas como tendente a ampliar-se a todo um agrupamento social, que é também considerado como tendente a unificar toda a humanidade. (Gramsci, 1995, p.168)

Ao mesmo tempo, o leitor deve ser considerado a partir de dois aspectos principais. Em primeiro lugar, como elementos ideológicos e transformáveis e, em segundo lugar, como sujeitos econômicos, que tenham recursos que os tornem capazes de adquirir o jornal.

⁵ Ver Christinne Buci - Glucksmann, Gramsci e o Estado, Ed. Paz e Terra, RJ, 1980.

Uma revista, como um jornal, como um livro, como qualquer outro modo de expressão didática que seja planejado tendo em vista uma determinada média de leitores, de ouvintes, etc., de público, não pode contentar a todos na mesma medida, ser igualmente útil a todos; o importante é que seja um estímulo para todos, pois nenhuma publicação pode substituir o cérebro pensante ou determinar novos interesses intelectuais e científicos onde só pode existir interesse pelos bate-papos de café ou onde se pensa que se vive para divertir-se e passar bem. (Gramsci, 1995, p.180)

Entre as expressões didáticas, o autor classifica os tipos de jornais existentes. O jornal católico, que é aquele que está a serviço da Igreja e em defesa de sua ação e dos seus interesses, como o caso do jornal “Correio Cathólico”, de Uberaba. O jornal de opinião, que atua como o órgão oficial de um determinado partido político, exprimindo as suas ideias sobre o modelo de sociedade a ser seguido, tendo como exemplo o Jornal “Lavoura e Comércio”, de Uberaba. O jornal popular, que é voltado para as massas. Acrescentamos a essa análise os jornais de cunho conservador que divulgam notícias e opiniões dos diferentes segmentos dominantes de sua região como o Jornal “A Tribuna”, de Uberlândia e o jornal “O Triângulo”, de Araguari.

Os jornais são importantes instrumentos de divulgação das ideias em diferentes centros urbanos. De acordo com Gramsci o jornalismo é a expressão de um grupo que pretende por meio de diversas atividades publicistas, difundir uma concepção integral de mundo. Os pequenos jornais contribuem por um lado na construção dos consensos locais promovendo, em alguns casos, a participação fictícia de indivíduos comuns nas decisões políticas locais. Por outro lado, contribui para a interligação das elites locais com as nacionais e internacionais através da circulação da informação. Como bem afirma Capelato (1988:13) “a imprensa registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante batalha pela conquista de corações e mentes”. Consequentemente, os debates educacionais existentes no país são apresentados pelos pequenos jornais como expressão dos debates maiores existentes na nação, questão que abordaremos um pouco mais a frente.

Essa relação entre o local e o nacional expressa pela imprensa foge do pressuposto da neutralidade. Esse pressuposto nos permite afirmar que os jornais atuam como aparelhos de hegemonia de uma classe social, em que os intelectuais se apoiam para manifestar as suas ideias sobre um projeto de

sociedade. O espaço onde os intelectuais orgânicos manifestam o seu pensamento e entram no embate, defendendo os projetos de mundo de uma classe social. Neles, tanto os intelectuais orgânicos como os tradicionais manifestam as suas opiniões, demonstrando que estão longe da neutralidade, sendo interlocutores de um projeto social.

Bakhtin (1992) analisa a historicidade da fala. Para o mesmo a fala é o motor das transformações linguísticas. Ela é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios. Os conflitos da língua, afirma o mesmo autor, refletem os conflitos de classe no interior do sistema. A comunicação verbal, por sua vez, é inseparável de outras formas de comunicação, implicando em conflitos, relações de dominação e de resistência. Todo signo é ideológico, pois a própria ideologia é um reflexo das estruturas sociais. Toda modificação da ideologia acarreta em transformações na estrutura da língua. Tomando como referência o conceito de ideologia em Marx, Bakhtin afirma que todo o signo é ideológico, visto que o signo e a situação social estão intimamente ligados. A ideologia, como superestrutura, reflete toda e qualquer transformação social de base, portanto, na língua que a veicula. Com efeito, a palavra passa a ter um significado especial, pois se torna um sólido indicador de mudanças sociais. A língua é a expressão das relações e das lutas sociais, transformando e sendo transformada por esse conflito, servindo de instrumento e de material.

De acordo com Bakhtin (1992), a língua representa a necessidade de o homem expressar-se, onde o interlocutor possui uma atitude responsiva ativa, isto é, aquele que recebe e compreende o discurso pode concordar ou discordar do mesmo, pode preparar-se para realizar ou não. Esta mesma atitude responsiva ativa é acompanhada da compreensão de um enunciado vivo, a compreensão responsiva, ou seja, a preparação e o início para uma resposta. Bakhtin afirma que ignorar

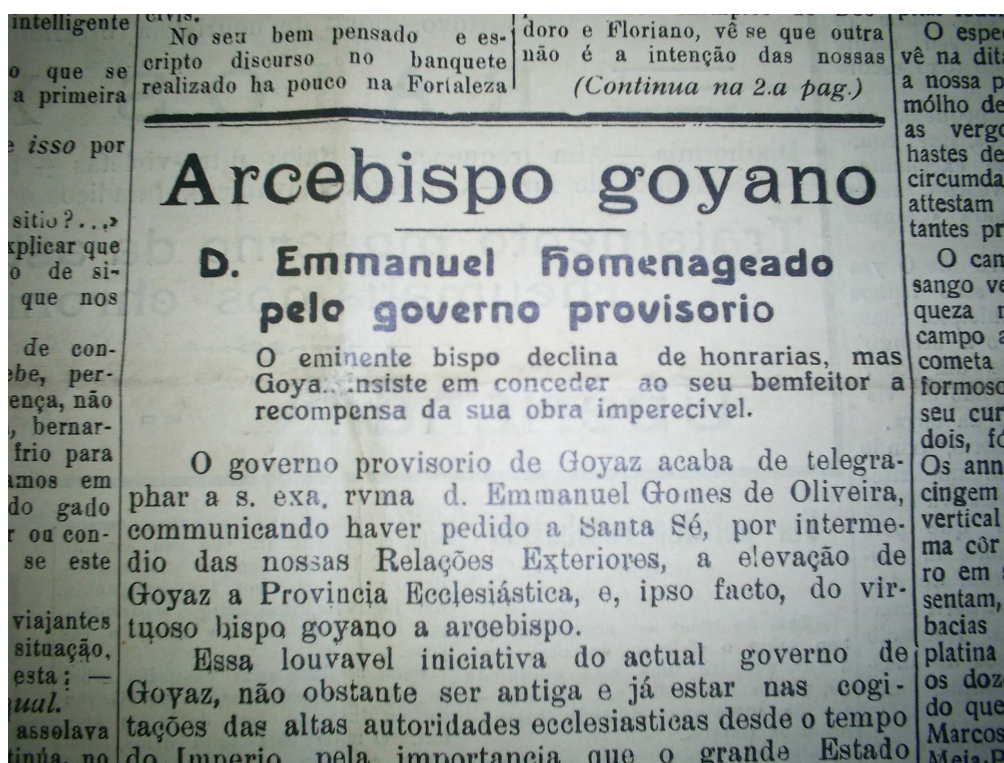
[...] a natureza do enunciado e as particularidades dos gêneros, que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo lingüístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra a vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua. (Bakhtin, 1992, p.282)

Os gêneros de discurso devem ser problematizados a partir de sua historicidade. Se os homens são históricos, os gêneros do discurso também o são. Pois, os mesmos não são mágicos, mas sim, frutos das decisões e das vontades humanas, não podendo deles ser separados.

A partir da historicidade inerente à língua como uma expressão de homens que têm algo a dizer para outros homens, a própria linguagem se desdobra. Como fenômeno histórico, ela se transforma e é transformada pela dinâmica da sociedade. As formas como a mesma se consolidam, também entram em discussão. Como meio de discurso, sendo os jornais um rico exemplo, eles mudam através do tempo. O que está em jogo é o que os homens têm a dizer uns aos outros, projetos de mundo distintos e em disputa, a crítica que se choca com a reprodução, a emancipação com a manipulação. Essas afirmações colocam pressupostos que se aponta como grande desafio intelectual em nosso tempo. A percepção do avanço da imprensa relacionada às profundas transformações culturais, políticas e econômicas nos últimos séculos.

Para Machado (1982, p.37), a imprensa é um veículo facilitador de conhecimento sobre as questões econômicas, sociais, políticas e educacionais de determinadas sociedades. Além disso, a autora menciona que os “escritos jornalísticos assumem um caráter fugaz e imediato, pois tratam dos acontecimentos do dia-a-dia e têm como característica provocar a reação dos leitores sobre ideias e posições, normas e leis, principalmente sobre situações políticas”.

Concordamos com Machado (1982, p.38) no que se refere ao jornal como importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de maneiras e costumes e, também, como estratégia educativa. No jornal “A Tribuna”, produzido na cidade de Uberlândia, estado de Minas Gerais, Brasil, exemplificamos essa afirmação:



Fonte: Jornal "A Tribuna", 10 de maio de 1931.

A fonte acima citada demonstra a ação da Igreja Católica com os poderes instituídos brasileiros. Essa é uma ação que não se explica por si só, mas sim, toma sentido, a partir de um processo político maior de ação da Igreja na década de 30 do século XX no Brasil. Esse processo de ação maior implicou em conjunto de iniciativas, no mesmo ano, 1931, através de mobilizações nacionais para difundir as suas ideias no país. Entre essas estratégias, merece destaque o envio da imagem da Nossa Senhora Aparecida ao Distrito Federal do Brasil em 31 de maio de 1931. Em 12 de outubro de 1931, ocorreu a inauguração do Cristo Redentor no morro do Corcovado no estado do Rio de Janeiro.

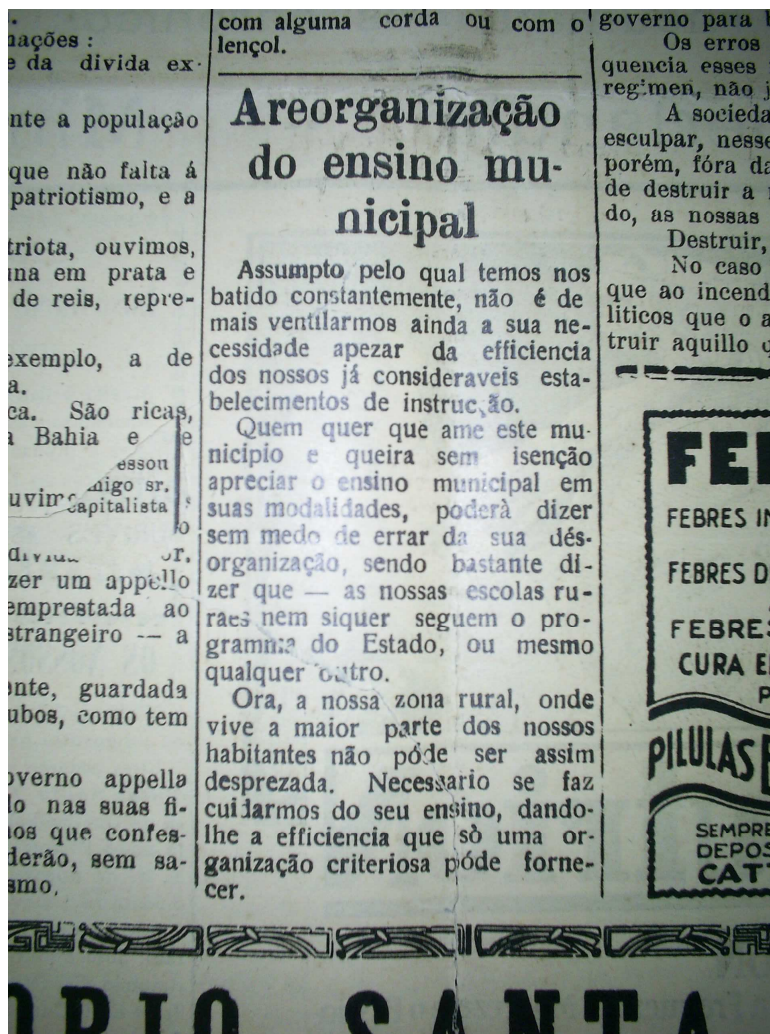
Soma-se a essas iniciativas o patrocínio e incentivo da Igreja Católica para a criação da Liga Eleitoral Católica, uma liga suprapartidária que apoiaria qualquer candidato vinculado aos seus princípios conforme expostos abaixo:

- 1º - Promulgação da Constituição em nome de Deus.
- 2º - Defesa da indissolubidade do laço matrimonial, com a assistência às famílias numerosas e reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso.
- 3º Incorporação legal do ensino religioso, facultativo nos programas das escolas públicas, secundárias e normais da União, do Estado e dos Municípios.

- 4º Regulamentação da assistência religiosa facultativa das classes armadas, prisões, hospitais, etc.
- 5º Liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos, legalmente organizados, tenham as mesmas garantias dos sindicatos neutros.
- 6º Reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência espiritual às forças armadas e às populações civis como equivalente ao serviço militar.
- 7º Decretação da legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã.
- 8º Defesa dos direitos e deveres da ordem social.
- 9º Decretação da lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis.
- 10º Combate a toda e qualquer legislação que contrarie, expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica. (Derisso, 2006: 41)

Com referência ao debate sobre a educação católica e apoio do Estado merece destaque a contribuição de Derisso abaixo:

Antes mesmo das grandes manifestações católicas de 1931, a Igreja já havia marcado um ponto decisivo a 30 de abril quando foi assinado o decreto que permitia o Ensino Religioso nas escolas públicas em caráter facultativo. A Igreja havia incumbido o padre jesuíta Leonel Franca de negociar a matéria com o Ministro da Educação Francisco Campos e a resposta veio em apenas quinze dias, através do decreto, embora não tenha sido exatamente o que a Igreja pretendia inicialmente, pois esta pretendia em Ensino Religioso obrigatório e o Decreto o estabeleceu facultativo. (Derisso, 2006: 41)



Fonte: Jornal "A Tribuna", 10 de maio de 1931.

A fonte acima demonstra a presença do pensamento ruralista em termos de pressupostos formativos educacionais. Ela nos remete à influência do pensamento de João Pinheiro (1860-1908) sobre os pressupostos rurais que deveriam permear a educação promovendo a educação rural como pressuposto do desenvolvimento do estado de Minas Gerais, tal qual demonstraremos na Parte IV deste trabalho.

Da mesma forma, os jornais expressam acontecimentos em nível mundial, transmitindo informações ocorridas em outras nações. O jornal "Lavoura e Comércio", de Araguari exemplifica esta afirmação. Na mesma página aponta a queda do dirigível Hindenburg e uma severa crítica à Constituição Soviética demonstrando, no último caso, sua negação às concepções socialistas de sociedade.



Fonte: Jornal Lavoura e Comércio 7/05/1937

Conforme exemplificado nas fontes acima, as notícias manifestas nos jornais expressam a visão de mundo de quem as produziu. A capacidade de abstração das mesmas depende do nível de instrução e percepção do mundo daqueles que dela tem acesso.

Como bem afirma Barbosa Lima Sobrinho (1997),

[...] em um país novo e de cultura escassa, o grosso da população tem conhecimentos amorfos, nos quais ninguém encontra resistência bastante para uma opinião própria e isenta de prejuízos. O espírito público oferece enorme receptividade para as notícias aparecidas em letras de forma e o jornal possui inteligência para saber explorar essa mentalidade crédula. Já num país de cultura melhor difundida, o jornal esbarra em maiores dificuldades para fazer aceitar as suas informações, porque se lhe depara, entre as camadas de escol um ceticismo resistente, verdadeiro obstáculo à vitória da imprensa amarela. Para se impor diante dessas classes, o jornal precisa polir a sua linguagem manifestante os seus conceitos, por mais violentos que em substância sejam, dentro de fórmulas delicadas.” (Barbosa Lima Sobrinho, 1997, p.55)

Ainda com referência a essa questão política afirma Sobrinho:

Os direitos individuais mínguam no nosso tempo. Os homens não souberam usar com sabedoria da liberdade que lhes foi entregue e por isso o Estado pouco a pouco a restringe e tolhe. E com o declínio das

teses individualistas vemos a vitória do estadismo, isto é, da coletividade organizada. A Alemanha já se havia aproveitado de tais doutrinas nos costumes políticos e era a nação européia onde menos gozava o indivíduo de prerrogativas liberais. Por isso, quando rebentou o conflito, não faltou quem apontasse a luta como sendo menos de povos do que de civilizações e de sentimentos opostos.” (idem. *ibid*: p.65)

Estratégias manifestas em formas da construção e divulgação da informação entendem quanto mais culto é o público receptor, menos necessário se torna explicitar a conclusão de uma mensagem. Quando os receptores são pouco cultos e/ou instruídos, uma mensagem argumentativa tende a persuadir mais se as conclusões forem devidamente sistematizadas e explicitadas. Hovland (1972) afirma que as pessoas com menores “níveis” educacionais tendem a ser mais facilmente persuadidas se apenas for invocado um dos lados da questão em causa.

1.2 – A construção do jornal no Brasil

A história do jornal no Brasil se confunde com a história do próprio desenvolvimento do jornalismo no país. A influência do poder real foi fundamental para o incremento da imprensa no Brasil. O príncipe regente trouxe para o Brasil o primeiro maquinário tipógrafo e a biblioteca real. Militâncias políticas, inovações tecnológicas, diversos são os fatores que predominam com o avanço da história. A Gazeta do Rio de Janeiro, criada em 10 de setembro de 1808, foi primeiro jornal do Brasil. Bahia (1990) oferece importante contribuição em termos do resgate da história da imprensa no Brasil. Tentou-se, em 1706, fazer funcionar um prelo em Pernambuco, mas este sofre bloqueio da autoridade colonial. Em 1746, no Rio de Janeiro, Antônio Isidoro da Fonseca abre uma tipografia, para ser logo fechada, em 1747, pela Carta Régia de 10 de maio, que proíbe a impressão de livros ou de papéis avulsos. Antônio chegou a publicar o impresso “O Exame de Bombeiros” antes de ser preso e ter seu prelo destruído.

Em junho de 1808, o atual “Correio Brasiliense”, antes denominado como “Armazém Literário” foi produzido em Londres, na Inglaterra, por Hipólito da Costa.

A influência desse jornal é notória. Liam-no e apreciavam-no os homens mais cultos do país e sua repercussão a tal ponto acentuou-se, que foi perseguido pelo governo português. Do Correio Braziliense escreveu o barão Homem de Mello: “pode-se dizer, com segurança, que a educação política da geração que no Brasil preparou e realizou a independência dói feita pelo Correio Braziliense.” (idem. IBID: p.71)

Em 1844, a produção de jornais se efetiva com ação e consolidação gradativa dos correios no Brasil.

[...] em São Paulo, O Farol Paulistano, que viveu de 7 de fevereiro de 1827 a 1832, dirigido por José da Costa Carvalho, e o Observador Constitucional, que Líbero Badaró fundara em 1829; em Minas Gerais Teófilo Otoni, de volta da escola militar, estreava no jornalismo com O Sentinela do Serro, aparecido em setembro de 1830 e que Blake suspeita ter vivido até 1833; na Bahia, o Bahiano iniciava, no período de 1828 a 1831, as tradições da família Rebouças, um dos quais, Antônio Pereira Rebouças, o dirigia; em Pernambuco, salientavam-se, na corrente liberal, o Constitucional e o Popular, em que se bateu, contra o Amigo do Povo e o Cruzeiro, Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, um dos maiores jornalistas do seu tempo, espécie de Joaquim Serra, em meio de sociedade de cultura inferior. O primeiro jornal aparecido nas províncias data de 1811 – é a Idade de Ouro do Brasil, da Bahia. Mas não demora muito que o movimento da independência e as lutas nativistas venham fazer proliferar o jornalismo em todo o território. Em 1821 acodem Pernambuco, com a Aurora Pernambucana e Maranhão, com O Conciliador; em 1822, em Minas Gerais, com O Compilador Mineiro; em 1824, Ceará, com o Diário do Governo; em 1826, a Paraíba, com a Gazeta do Governo; em 1827, São Paulo, com o Farol Paulistano; em 1828, Rio Grande do Sul, com o Constitucional Riograndense; em 1830, Goiás, com o Matutino Meiapontense; em 1831, Alagoas, com o Íris Alagoense e Santa Catarina, com o Catarinense; em 1832, Sergipe, com o Recopilador Sergipano e Rio grande do Norte, com o Natalense; em 1834, o Piauí, com um jornal oficial. Seguem-se, com alguma demora, Mato Grosso, que iniciou o seu periodismo em 1839, com o Themis Matogrossense e anos depois, o Amazonas, com o Cinco de Setembro. O último a possuir jornal é o Paraná, onde o pioneiro, o Dezenove de Dezembro, surgiu em 1853.” (idem. IBID: pp. 79-101)

Em 1858, o jornal “Atualidade”, editado no Rio de Janeiro, mobiliza entregadores (negros, ex-escravos, mulatos) para venda avulsa regular nas ruas da cidade. A partir daí, já existe uma estrutura de distribuição organizada: assinaturas domiciliares por via postal, pontos de assinatura (livrarias, lojas de modas etc) e de venda, que iria melhorando de acordo com o tempo. Em 1872, os pontos-de-venda dos jornais ingressam nos quiosques, que tomam conta das ruas centrais do Rio e de São Paulo. Na parte exterior, os quiosques exibem desenhos e cartazes. No amplo espaço interior estocam jornais, revistas, livros,

flores, doces, frutas, charutos e cigarros, algumas miudezas, café e refresco, menos bebidas alcoólicas ou fermentadas, proibidas por lei. No século XX, os jornais vão para as bancas como existem hoje. (Bahia, 1990, s/p)

O fim da censura prévia editada por D. Pedro, Príncipe Regente, em 28 de agosto de 1821, dá um impulso significativo ao crescimento da imprensa no Brasil. Um conjunto de jornais não oficiais é criado em diferentes estados do Brasil, destacando-se,

[...] na Bahia os primeiros jornais e revistas não oficiais. Em 1812, Idade d'Ouro do Brasil apresenta a primeira revista impressa no Brasil, As Variedades ou Ensaio de Literatura. As Variedades trazem os símbolos maçônicos. A filha do redator de Idade d'Ouro e de As Variedades, V. A. Ximenes de Bivar e Velasco, torna-se a primeira mulher no Brasil a exercer funções de direção na imprensa, ao fundar e administrar o Jornal das Senhoras, em 1852, na Bahia. Era uma publicação ilustrada sobre modas, literatura, belas-artes, teatro e crítica. Circula de 1852 a 1855. Minas ganha seu primeiro jornal em 1823, O Compilador. Cinco anos mais tarde circula em Ouro Preto o Precursor das Eleições. Em Olinda e Recife circula um órgão estudantil, O Olindense. O Diário de Pernambuco, também de 1823, se tornará o jornal mais antigo em circulação no país e na América Latina. O Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, é de 1 de outubro de 1827. (Bahia, 1990, s/p)

A segunda metade do século XIX assistiu a um processo de crescimento tecnológico do maquinário para a imprensa. As transformações internacionais do capitalismo acompanhadas de incrementos tecnológicos e percepções culturais do mundo impulsionam o investimento na imprensa.

No Brasil, a imprensa sofre grande repressão no início do século XX. Contudo, a imprensa operária e os jornais para os imigrantes se destacam no mesmo período histórico. O crescimento gradativo da industrialização fomentava a criação de jornais operários. Quanto aos jornais para imigrantes só “O Estado de São Paulo” contava com 30 periódicos produzidos em sete idiomas diferentes. Nessa fase, surgem novos títulos, entre os quais os atualmente filiados à ANJ: Alto Madeira (Porto Velho-RO), A Cidade (Ribeirão Preto-SP), A Gazeta (Vitória-ES), A Notícia (Joinville-SC), A Tarde (Salvador-BA), Comércio da Franca (Franca-SP), Comércio do Jahu (Jaú-SP), Correio Popular (Campinas-SP), Cruzeiro do Sul (Sorocaba-SP), Diário (Marília-SP), DCI – Diário Comércio e Indústria (São Paulo-SP), Diário do Povo (Campinas-SP), Diário do Campo (Ponta Grossa-PR), Diário Popular

(Pelotas-RS), Estado de Minas (Belo Horizonte-MG), Diário Mercantil (Rio de Janeiro-RJ); Folha da Noite (hoje Folha de S.Paulo - São Paulo-SP), Gazeta do Povo (Curitiba-PR), Gazeta do Sul (Santa Cruz do Sul-RS), Gazeta Mercantil (São Paulo SP), Jornal de Piracicaba (Piracicaba-SP), Jornal do Comércio (Manaus-AM), Jornal do Commercio (Recife-PE), Jornal do Povo (Cachoeira do Sul-RS), Monitor Mercantil (Rio de Janeiro-RJ), O Globo (Rio de Janeiro-RJ), O Imparcial (São Luís-MA), O Nacional (Passo Fundo-RS), O Norte (João Pessoa-PB), O Povo (Fortaleza-CE)

A década de 1930 marcou uma forte intervenção estatal sobre a atuação da imprensa nacional. O governo Vargas agiu no intuito de transformar a imprensa como um serviço público controlado pelo Estado. Em 1939, o governo federal criou o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP – como instrumento de censura do toda a imprensa do país. Esse período marcou o surgimento dos seguintes jornais: A Tribuna (Vitória-ES), Correio de Uberlândia (Uberlândia-MG), Correio Lageano (Lages-SC), Diário da Manhã (Passo Fundo-RS), Diário de Natal/O Poti (Natal-RN) Gazeta de Alagoas (Maceió-AL), Jornal Cidade de Rio Claro (Rio Claro-SP), Jornal do Comércio (Porto Alegre-RS), O Imparcial (Presidente Prudente-SP), O Popular (Goiânia-GO), O São Gonçalo (São Gonçalo-RJ).

Todo este crescimento da imprensa em virtude das transformações que passavam o país convivia com índices de analfabetismo oriundos do século XIX que ainda estavam longe de ser superados.

No final do século XIX, o Brasil possuía 85% da sua população analfabeta. No censo de 1872 o Brasil possuía uma população de 10 milhões de habitantes e 150 mil alunos matriculados na escola primária. Na Espanha, em 1877, era de 72,01%. A França, em torno de 60%. A Rússia, 80%. A Alemanha possuía índices menores de analfabetismo na Prússia. Porém, um livro com tiragem de 2500 exemplares era comprado por 0,01% da população e lido por 0,1%. No Japão, 55% de homens e 85% de mulheres eram analfabetos. A Inglaterra tinha 45% de sua população composta por analfabetos. Os Estados Unidos possuíam 13,5% de analfabetos. O único país a zerar o analfabetismo no final do século XIX foi a Suíça. (Lucena, 2010: 18)

Em um processo contraditório, o analfabetismo convivia com novas ideias potencializadoras de outras possibilidades de vida. Uma sociedade de classes se elabora gradativamente manifestando conflitos mais acirrados ou não, dependendo do local e do nível de desenvolvimento das forças produtivas

e sua dialética com as relações sociais. Acirram-se as disputas entre os projetos de mundo antagônicos e seus pressupostos teóricos e práticos para a vida. Uma luta manifesta no âmbito da cultura, da política e da economia.

A problematização das relações entre a imprensa, a política e a educação mobilizaram os debates na década de 1930 e início da seguinte no Brasil. É o que demonstraremos na próxima parte.

II

IMPrensa, POLÍTICA E EDUCAÇÃO.

A problematização das relações entre a imprensa, a política e a educação implicam no entendimento do contexto histórico presente no Brasil nas décadas em estudo. A dialeticidade deste processo é fundamental para a investigação que realizamos; pressuposto fundamental para entendermos as visões e projetos de mundo que impactam em propostas educacionais manifestas na imprensa.

A imprensa nacional noticiou as transformações que ocorreram no Brasil na década de 1930. O início dos anos 30 do século XX⁶ foi marcado por uma crise interna das oligarquias do poder que resultou no processo que se denominou como “Revolução de 30”. Sodré (1973) oferece contribuição a essa questão ao assinalar o processo de declínio das oligarquias. A Revolução resulta de um movimento que tem como objetivo a retirada das oligarquias cafeeiras do poder, visando uma nova orientação política do país.

Boris Fausto (1997) em posição diferente de Sodré, afirma que a Revolução de 30, apesar dos conflitos entre setores políticos da economia, não se caracterizou pela alteração das relações de produção na esfera econômica, nem mesmo pela substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política. Além disso, demonstra que a Revolução de 30 foi o ápice da decadência e fim da hegemonia cafeeira, mas sem a sua substituição por uma suposta classe média ou industrial. O fim da elite agrária tem relações com a inserção do Brasil no sistema capitalista internacional.

Em posição semelhante à de Sodré, Ribeiro (1978) toma como referência a singularidade da Revolução de 30 como um processo de profunda reorganização econômica do país, trazendo à tona outros atores políticos. Entendia os discursos políticos do período influenciados pelo desenvolvimento do capitalismo na Europa, a afirmação que uma economia baseada na

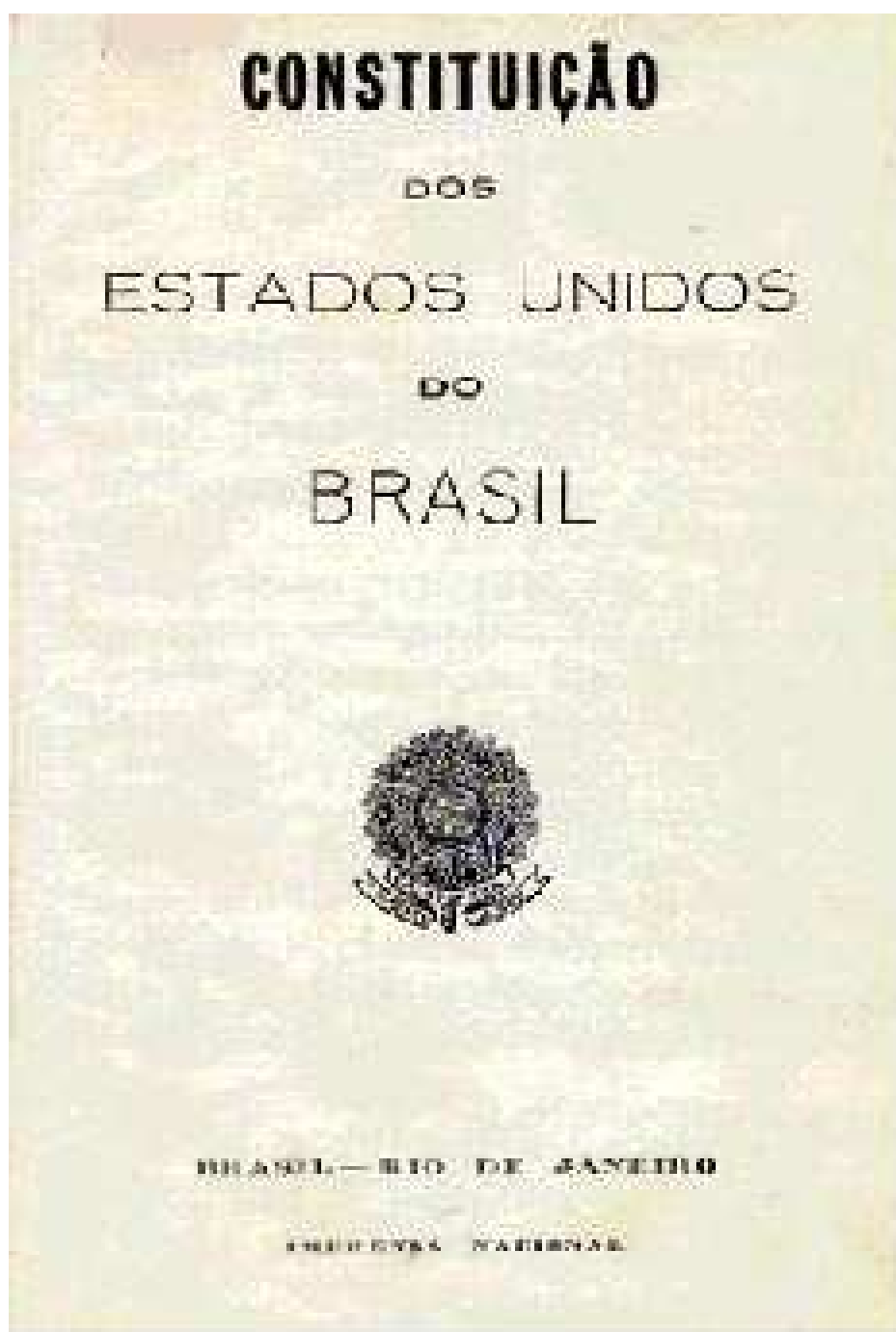
⁶ Ver: Luiz Pereira (1970); Leôncio Basbaum (s/d); Luiz Carlos Bresser Pereira (1967); Fausto (1990); Martins (1983); Lamounier (1991)

agricultura não daria sustentação para o desenvolvimento econômico brasileiro. Os discursos referentes ao fim da dependência econômica do país colocaram bases, ainda na década de 1930, para o fortalecimento processual das bases de uma ideologia política baseada no nacional desenvolvimentismo baseado na substituição de importações.

No Brasil, a ditadura do Estado Novo, totalmente apoiada pela classe dominante e a Igreja Católica no Triângulo Mineiro, foi expressão desse movimento internacional. O Estado Novo representou um dos mais lamentáveis episódios da história do Brasil e da América Latina. É quando se deu o advento da censura, a partir de 1939, estruturada no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Não que ela não tivesse existido antes, até porque, conforme afirmamos anteriormente, a censura foi uma marca constante na história da imprensa brasileira, mas se acirrou ganhando uma nova dimensão em nível nacional.

A expansão industrial do jornalismo não se interrompe, pois os recursos governamentais empregados na publicidade dos atos oficiais beneficiam os meios de divulgação. O Estado Novo se estendeu de 1937 até 1945.⁷ Em 10 de novembro de 1937, foi outorgada uma nova Constituição, idealizada e redigida pelo ministro da Justiça, Francisco Campos. A nova Constituição apresentou princípios semelhantes às Constituições de países autoritários europeus, entre eles Itália, Espanha e Portugal. De acordo com Ribeiro (1978), a nova Constituição dispensava o sistema representativo, elevava o poder executivo, e reduzia o poder dos estados. O movimento sindical também foi duramente atingido, uma vez que a pluralidade sindical foi proibida. O governo federal poderia aposentar ou até mesmo demitir funcionários públicos. O Congresso Nacional foi fechado e a censura imposta. Um intenso combate ideológico ao comunismo auxiliado pela Igreja Católica se consolidou no Brasil.

⁷ Ver Martins (1983); Trindade (1983); Diniz (1991); Draibe (1985); Wefford (1980).



Constituição de 1937

Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/Constituicao1937>

arbitral as questões de limites entre Estados.

§ 2º. O Serviço Geographico do Exército procederá ás diligencias de reconhecimento e descripção dos limites até aqui sujeitos a duvidas ou litigios e fará as necessarias demarcações.

Art. 185. O julgamento das causas em curso na extincta justiça federal e no actual Supremo Tribunal Federal será regulado por decreto especial, que prescreverá de modo mais conveniente ao rapido andamento dos processos o regimen transitorio entre o antigo e a nova organização judiciaria estabelecida nesta Constituição.

Art. 186. É declarado em todo o paiz o estado de emergencia.

Art. 187. Esta Constituição entrará em vigor na sua data e será submettida ao plebiscito nacional na fórmula regulada em decreto do Presidente da Republica.

Constituição de 1937

Fonte: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos37-](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos37-45/PoliticaAdministracao/Constituicao1937)

[45/PoliticaAdministracao/Constituicao1937](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos37-45/PoliticaAdministracao/Constituicao1937) Acesso dia 26 de maio às 21 horas

Esse pressuposto é fundamental para a problematização das relações entre o governo Vargas e a Igreja Católica. A “satanização” do comunismo

promovido pela Igreja Católica ia ao encontro dos interesses governamentais que a viam como uma poderosa aliada política. A Igreja, por sua vez, participava das decisões políticas do Brasil, fazendo o papel de mediadora “neutra” atribuindo como vontade de Deus todas as ações do governo Vargas. A construção ideológica de Vargas como o “pai dos pobres” teve grande apoio do setor católico do Brasil. Fazemos esta afirmação remetendo-nos, também, ao Triângulo Mineiro, visto que a construção dessas ideologias católicas pró-governo federal teve grande repercussão na região.



"A maior de todas as liberdades é a liberdade de opinião. Nos governados, a liberdade de queixar-se dos males que os affligem, e nos governantes o desvelo de ouvir essas queixas e sanar esses males - eis o que constitue o ideal de um paiz livre".
Thomas May - "Histoire Constitutionelle de L'Angleterre"

Jornal da USP on Line n. 831, 2 a 6 de junho de 2008.

Fonte: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2008/jusp831/pag10.htm> Acesso dia 26 de maio às 20 horas

Desenvolvia-se em âmbito internacional a 2ª Grande Guerra Mundial.



Jornal o Estado de São Paulo - 1939.

Fonte: <http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-181533102-suplemento-em-rotogravura-jornal-estado-de-sp-segunda-guerra- JM> Acesso dia 26 de maio às 10 horas



Jornal o Estado de São Paulo. 1939

Fonte: <http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-181533102-suplemento-em-rotogravura-jornal-estado-de-sp-segunda-guerra-JM> Acesso dia 26 de maio às 10 horas

Getúlio Vargas oscilava entre o apoio aos diferentes países em conflito. O Brasil negociava com a Alemanha, demonstrando sua simpatia com os países do eixo. A própria reforma Capanema, relativa ao ensino secundário, foi inspirada em princípios nazi-fascistas.



Foto Getúlio Vargas.

Fonte: <http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-186473397-getulio-vargas-belo-conjunto-de-fotografias-JM> Acesso dia 26 de maio às 12 horas

A noite começa a declinar em 1937, com a censura e a ditadura que cairão em 1945. Rocha é adversário de Getúlio Vargas e é obrigado a fugir para o exterior. O grupo privado de A Noite deixa de existir em 1940, com a criação por decreto das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (todas as organizações do jornalista Geraldo Rocha, incluindo o vespertino e as rádios Nacional e Mayrink Veiga). O título principal de Rocha (A Noite) prolonga sua existência até 1962, alternando a sua propriedade, interrompendo várias vezes a sua circulação, alterando a aparência e perdendo em qualidade. (Ribeiro, 1978, s/p)

O Estado Novo foi o resultado de um processo de maturação política oriundo de décadas. A chegada de Vargas ao poder implicou em processos de luta e disputas na política nacional.



Fonte: <http://www.brasilecola.com/historiab/vargas.htm> acesso dia 10 de junho às 23 horas.

A imprensa brasileira agiu de forma contraditória diante da deposição de Washington Luiz.

A disputa pelo poder entre os aliados de ontem foi outro foco de discórdia. Exemplo nesse sentido é fornecido pelo *Diário Carioca*, órgão que aplaudiu entusiasticamente a deposição de Washington Luiz. Contudo, bastaram algumas semanas de Governo Provisório para que a folha passasse ao campo oposto. Os ataques dirigiam-se, sobretudo, à ala tenentista, alojada em cargos estratégicos. A campanha em prol da redemocratização resultou, em fevereiro de 1932, na invasão e destruição da redação do jornal, levada a efeito por membros do exército, alguns de alta patente. Em sinal de protesto, os jornais cariocas não circularam no dia seguinte. A falta de rápidas providências para apurar o caso só fez aumentar as suspeitas de que o ato contara com anuência e/ou simpatia de indivíduos ligados ao poder. Desencadeou-se grave crise política que resultou na renúncia coletiva de vários integrantes do governo, que discordaram do encaminhamento dado à questão. (Luca, 2009, s/p)

O governo varguista ousou em criar estratégias mais elaboradas para o controle da imprensa. Superando as estratégias de suborno e mesmo a violência física criou órgãos voltados ao controle da informação e a propaganda governamental. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) ocupou posição central no governo Vargas.

Genericamente referido como responsável pela censura na Era Vargas. Vale lembrar, contudo, que o DIP pode ser encarado como culminância de um longo processo que se iniciou em 1931, com a criação do Departamento Oficial de Publicidade (DOP), substituído em 1934 pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), cuja direção coube a Lourival Fontes. Ironicamente, depois do golpe de novembro de 1937, o órgão instalou-se nas dependências do Palácio Tiradentes, ex-sede da Câmara dos Deputados. Em 1938, o DPDC transformou-se no Departamento Nacional de Cultura (DNP), que foi novamente reorganizado em 27 de dezembro de 1939, quando foi instaurado o DIP, ainda com Lourival à frente. (idem. *ibid*:s/p)



Jornal da USP on Line n. 831, 2 a 6 de junho de 2008.

Fonte: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2008/jusp831/pag10.htm> Acesso dia 26 de maio às 09 horas



Fonte: Publicação editada pelo Departamento Nacional de Propaganda, 1937, Rio de Janeiro. FGV
 Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/DIP>

Acesso dia 26 de maio às 08 horas

O advento do Estado Novo consolidou um projeto cultural de dominação de cunho fascista.

De fato, desde então houve significativo investimento para criar e difundir uma imagem positiva do regime, para o que era essencial subordinar os meios de comunicação de massa ao executivo. O famoso artigo 122 da Constituição de 1937, que tratava dos direitos e garantias individuais, considerava a imprensa como um serviço de utilidade pública, o que alterava a natureza de sua relação com o Estado e impunha aos periódicos a obrigação de inserir comunicados do governo. O *Anuário da Imprensa Brasileira*, publicação oficial lançada em 1942 e

que apesar do título teve apenas uma edição, abria-se com um longo ensaio acerca da legislação relativa aos impressos desde os tempos coloniais para deter-se em minudente descrição do novo enquadramento, que investia a imprensa com “a majestade de uma função de caráter público”. Segundo o(a) entusiasmado(a) articulista, “deixava a imprensa de ser a faculdade eventual de exprimir estados de alma coletivos e pontos de vistas transitórios de política.” (idem. *ibid*: s/p)

O Estado elaborou meios legais para subordinar a imprensa e seus resultados aos interesses governamentais. A Lei subordinou o direito de expressão, construindo mecanismos de punição aos infratores. A censura ganhou força no Brasil, atingindo a imprensa, teatro, cinema e radiodifusão, além de se facultar às autoridades competência para proibir a circulação, difusão ou a representação do que fosse considerado impróprio.

Frente à nova ordenação jurídica, impressos periódicos foram obrigados a se registrar no DIP e as estimativas indicam que cerca de 30% não conseguiu obter a necessária autorização e deixou de circular. À exigência de mesma natureza já se submetiam os que trabalhavam como jornalistas, norma ainda mais legitimada sob a justificativa de que agora exerciam função de caráter público. (idem. *IBID*: s/p)

O jornal “A Manhã” atuou como agente propagador dos princípios e das ideias da ditadura varguista. A estratégia era inviabilizar jornais críticos ao regime e, ao mesmo tempo, viabilizar recursos econômicos e facilidades políticas a empresários interessados em investir na comunicação com posturas simpáticas ao governo.⁸

⁸ “O jornal *A Manhã*; órgão oficial do Estado Novo, esteve sob a direção de Cassiano Ricardo de maio de 1941 até meados de 1945. Conforme depoimento do próprio Cassiano Ricardo, o jornal pretendia divulgar as diretrizes propostas pelo regime junto a um público o mais diversificado possível. A Constituição de 1937, por exemplo, era exposta de forma didática, aparecendo diariamente nas páginas do matutino. *A Manhã*; dispunha de excelente documentação iconográfica e exibia uma paginação extremamente moderna para os padrões jornalísticos da época. Seu corpo de colaboradores contava com intelectuais de grande projeção como Múcio Leão, Afonso Arinos de Melo Franco, Cecília Meireles, José Lins do Rego, Ribeiro Couto, Roquete Pinto, Leopoldo Aires, Alceu Amoroso Lima, Oliveira Viana, Djacir Menezes, Umberto Peregrino Vinicius de Moraes (crítica cinematográfica), Eurialo Canabrava (crítica de idéias), Gilberto Freyre e outros. O jornal publicava dois tablóides semanais que alcançaram grande repercussão: Autores e livros, sob a direção de Múcio Leão, e Pensamento na América, dirigido por Ribeiro Couto.”

”Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/AManha> acesso dia 7 de março de 2011 às 9 horas

ANO 10
N.º 1044

Suplemento Literário de "A Manhã"
publicado mensalmente, sob a direção de Mário
de Andrade (Rua Almeida Prado, 134, São Paulo)

La "Gazzetta" di oggi, pubblicata in un'edizione straordinaria, ha un'importanza particolare per il nostro paese. Si tratta di un'edizione straordinaria, che ha un'importanza particolare per il nostro paese. Si tratta di un'edizione straordinaria, che ha un'importanza particolare per il nostro paese.

[illegible][illegible]



Jornal A Manhã divulgando a insurreição armada

Fonte: <http://bloghistoriacritica.blogspot.com/2010/10/intentona-comunista-1935.html> acesso dia 20 de junho de 2011



Fonte: Ministro Gustavo Capanema em reunião com intelectuais.

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/AManha> acesso dia 7 de março de 2011 a 9 horas

Assim, a Agência Nacional, que coordenava as atividades relativas à imprensa, “atuava como um jornal, durante os três expedientes,

dispondo de equipes completas de redatores, repórteres, tradutores, taquígrafos etc., inclusive editores em áreas específicas e editor-chefe.” Porcentagem muito significativa do que se publicava nos matutinos, semanários e mensários provinha deste braço do DIP. A isenção de taxas alfandegárias na importação do papel utilizado pela imprensa constituiu-se noutro poderoso instrumento de coerção. Segundo Sampaio Mitke, que foi chefe do serviço de controle da imprensa. O trabalho era limpo e eficiente. As sanções que aplicávamos eram muito mais eficazes do que as ameaças da polícia, porque eram de natureza econômica. Os jornais dependiam do governo para a importação do papel linha d’água. As taxas aduaneiras eram elevadas e deveriam ser pagas em 24 horas (...). Só se isentava de pagamento os jornais que colaboravam com o governo. Eu ou o Lourival [Fontes, diretor do DIP] ligávamos para a alfândega autorizando a retirada do papel. (idem. IBID: s/p)

Luca (2009) afirma que, entretanto, é bom esclarecer que a medida encontrava amparo na legislação em vigor. Aliás, no final de 1939 editaram-se vários decretos-leis, a exemplo do número 1938, de 30 de dezembro, que estabelecia novas normas de isenção aduaneira para o papel de imprensa, sob a justificativa de que “cabe ao governo atender às conveniências do bem público que reclamam o progresso de uma imprensa capaz de interpretar e defender, devidamente amparada, as grandes causas nacionais”. Delegava-se expressamente ao DIP o poder de fiscalização que, por sua vez, pautava-se num conjunto de instruções específicas expedidas por Lourival Fontes. Além do mais, conforme estipulava o artigo 135 do Decreto-lei 1949, entre as várias punições aplicadas a empresas que descumprissem suas determinações contava-se a “suspensão de favores e isenções”, aí incluídas as preciosas bobinas.



Lourival Fontes – Diretor do DIP

Fonte: <http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/ult1702u56.jhtm> acesso dia 12 de junho às 15:30 horas.

As transformações apontadas na história da imprensa brasileira foram sentidas de diferentes formas nas heterogêneas regiões do país. Reproduções, resistências e percepções diferenciadas chocavam-se, criando novas interpretações sobre o avanço da imprensa. Essas mudanças manifestaram-se tanto no âmbito das manifestações políticas nacionais e internacionais, como no da educação.

2.1- A política e a educação no Brasil

A problematização da educação no Brasil na década de 1930 e início da seguinte representou um dos períodos mais ricos da educação nacional. Ribeiro (1978) afirma que nesse debate, duas orientações principais estavam em disputa. Uma tradicional representada pelos educadores católicos que defendiam a educação subordinada à ideologia católica, diferenciada entre os sexos e de responsabilidade da família, e outra pelos educadores representantes das “ideias novas” e escolanovistas defensores da responsabilidade pública em relação à educação, a gratuidade, entre outros.

A escola pública e gratuita era vista como situação ideal para o atendimento de aspirações sociais e individuais voltadas à ascensão social.⁹ As

⁹ Ver Nagle (1974); Miranda (1966); Azevedo (1944); Cury (1984); Paiva (1983)

ideias escolanovistas da educação se explicam na dialeticidade das relações sociais, das quais, no caso do Brasil, representam a ruptura com concepções agrárias de desenvolvimento e a aproximação do movimento europeu e americano denominado como Escola Nova. Ribeiro (1978) afirma que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova¹⁰ é a materialização desse processo.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação¹¹ baseava-se nos seguintes pressupostos: educação pública, gratuita, mista, obrigatória e laica; centralidade do Estado no oferecimento da educação; a escola deveria ser laica e oferecer oportunidades iguais a todos os seres humanos, negando os princípios religiosos; a educação deveria ser voltada para o progresso do país relacionando-se com a vida dos indivíduos, assumindo uma função social.¹²

Uma tentativa de influenciar as diretrizes governamentais sobre os rumos da educação. Significou, entre outras questões, a materialização de diretrizes escolares que expressassem novos ideais pedagógicos e sociais pertinentes a uma sociedade urbana-industrial.¹³ O grupo que redigiu o manifesto era heterogêneo, representados por liberais igualitaristas, elitistas e até mesmo socialistas. Ghiraldelli (1990) contribui para essa discussão. Afirma que existiam mais duas forças políticas em disputa, além dos católicos e dos liberais. O governo federal, que aparentava neutralidade na disputa, representado por Francisco Campos, diretor do Ministério da Educação e Saúde Pública, que se relacionava tanto com os católicos, como com os liberais, afirmando o interesse de aproveitar ambas as concepções para implementar uma política educacional própria, longe dos princípios democráticos. A quarta força política era representada pela Aliança Nacional Libertadora, entidade formada tanto por segmentos da classe média, como do proletariado, tendo posturas anti-imperialistas e antifascistas.

Os pressupostos aqui apresentados se contrapunham ao entendimento católico de como deveria ser a educação e conseqüentemente, a política. Ao

¹⁰ Ver Azevedo (1984); Teixeira (1975)

¹¹ O Manifesto dos Pioneiros da Educação da Educação Nova foi redigido por Fernando de Azevedo e Antônio Ferreira de Almeida Júnior foi assinado por 26 educadores no ano de 1932. Entre esses educadores merece destaque [Anísio Teixeira](#), Afrânio Peixoto, [Lourenço Filho](#), Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e [Cecília Meireles](#)

¹² Fonte: <http://pt.shvoong.com/social-sciences/education/1709158-manifesto-dos-pioneiros-da-escola/#ixzz1NGk2v0rI> acesso dia 01/04/01 10 horas

¹³ Ver Rodrigues (1991); Fausto (1990)

contrário do entendimento católico baseado nos pressupostos inerentes à possibilidade concreta da felicidade e paraíso na terra,¹⁴ os liberais, influenciados por pressupostos modernistas, entendiam o homem como o centro de sua obra e governante da sua história.

O entendimento das diferenças destas duas concepções é fundamental para elucidação do debate que aqui se apresenta. A sacralização da política ao atribuir ao homem condição secundária na sua existência colocava as decisões da vida desses mesmos homens como um atributo do mundo religioso do qual a humanidade é expectadora e não sujeito. As concepções liberais eram totalmente contrárias a essas afirmações. Ao atribuir a educação como relacionada ao mundo prático dos homens, colocava o homem como deliberador do seu destino e de suas condições de vida. Tudo aquilo que a humanidade poderia ser estava vinculado a ações dos homens na vida prática manifesto pela experiência.

A discussão sobre o mundo profano e o religioso e sua influência na vida em sociedade influenciou um conjunto de pesquisadores com diferentes orientações epistemológicas herdeiras do iluminismo. Com efeito, merece destaque a afirmação durkheiminiana à qual todos os deuses do passado não foram senão a transfiguração da própria sociedade: uma realidade autêntica não sendo Deus é preciso que seja o que está situado, por assim dizer, imediatamente abaixo de Deus, a sociedade.

As preocupações weberianas referentes à influência das concepções religiosas como causa do comportamento econômico das diferentes sociedades, especialmente com a ênfase no Calvinismo. O desenvolvimento de uma ética protestante baseada nos seguintes princípios: existe um Deus absoluto, transcendente, que criou o mundo e o governa, mas que não pode ser percebido pelo espírito finito dos homens; esse Deus todo-poderoso e misterioso predestinou cada um de nós à salvação ou à condenação, sem que, por nossas obras, possamos modificar este decreto divino; Deus criou o mundo para a sua glória; o homem, que será salvo ou condenado, tem o dever de trabalhar para a glória de Deus, e de criar seu reino sobre a terra; as coisas dos terrestres, a

¹⁴ Ver CURY, Carlos Roberto Jamil. Alceu do Amoroso Lima. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. e BRITTO, Jader de Medeiros (orgs.) *Dicionário de Educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: UFRJ-MEC/INEP, 1999. CURY, Carlos Roberto Jamil *Ideologia e educação brasileira. Católicos e liberais*. São Paulo: Cortez, 1988.

natureza humana, a carne, pertencem à ordem do pecado e da morte; salvação só pode ser para o homem um dom totalmente gratuito da graça divina. (Aron, 1997)

A crítica feurbachiana afirmando que o Deus da religião cristã não é outra coisa que o conjunto dos atributos do homem que, não podendo ser realizados, nem reconhecidos na vida real, são projetados pelo homem fora de si na forma de um ser imaginário. Tudo o que ganha Deus, perde-o o homem. Deus não é nada do que é o homem real, mas justamente o que não alcança ser. Deus é infinito, perfeito, eterno, onipotente, santo; o homem é finito, imperfeito, perecível, impotente, pecador. Deus e o homem são dois extremos: Deus, o polo positivo, o homem o polo negativo. Para Feuerbach Deus não é nada mais que a essência estranhada do homem.

As preocupações de Hegel afirmando que a essência da lógica é o pensar transcendente, o pensar do homem posto fora do homem. O homem, afirma Hegel, converte seus pensamentos e sentimentos em Deus; converte sua essência e seu ponto de vista em essência e ponto de vista de Deus.

As elaborações de Marx em “A Questão Judaica” que tanto na política como na religião, o homem projeta fora de si o ser genérico que não pode manifestar em sua vida normal. O homem leva na sua existência uma dupla vida: uma celestial e outra terrena, a vida na comunidade política, em que se considera um ser coletivo, e a vida na sociedade civil, em que atua como particular. Os membros do Estado Político são religiosos pelo dualismo existente entre a vida individual e a genérica, entre a vida na sociedade burguesa e a vida política: são religiosos na medida em que se comportam em relação à vida no Estado, localizada além de sua individualidade real, como em relação à sua verdadeira vida. Religiosos na medida em que, a religião é o espírito da sociedade burguesa, a expressão do divórcio e do distanciamento em relação ao homem. A democracia política é cristã. O cristão e a mercadoria estão feitos da mesma maneira: à alma e ao corpo do primeiro correspondem o valor e o valor de uso da segunda. Assim como na religião o homem está dominado pelas obras do seu próprio cérebro, na produção capitalista está pelas obras das suas próprias mãos. A produção material, no verdadeiro processo da vida social dá-se exatamente no mesmo processo que no terreno ideológico apresenta a religião: a conversão do sujeito em objeto em vice-versa. Na obra

de sua maturidade, afirma em “O Capital” que o reflexo religioso do mundo real só desaparecerá quando as relações dos homens com a natureza forem transparentes. A imagem do processo social da vida só perderá seu místico quando o ser social assumir o planejamento e o controle consciente da sociedade. Marx dizia que a religião é o ópio do povo. A superação da religião enquanto ilusória felicidade do povo é a exigência de sua felicidade real. Na sua juventude considerava a destruição das ilusões religiosas como um passo prévio para a emancipação social. Na maioridade, ao contrário, considera a emancipação social como requisito para a desaparecimento da religião, essa desaparecimento como inalcançável antes da emancipação.

A concepção filosófica liberal, em que pese a distinção das concepções acima apresentadas, também sustentava uma leitura de mundo crítica às visões religiosas. No Brasil, os pressupostos liberais orientadores do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova mantinha o pressuposto modernista da centralidade da existência do homem. A laicidade, princípio educativo central tal qual demonstramos anteriormente, motivou os debates em torno de uma educação que deveria ser promovida a todos os seres humanos. A laicidade deveria nortear uma educação para além das concepções religiosas e crenças existentes na sociedade. A laicidade baseava-se nos princípios de uma educação obrigatória e gratuita para pessoas até 18 anos de idade.

A educação deveria romper com os pressupostos inerentes às estruturas, até então, existentes no Brasil promovendo o acesso ao conhecimento para todos os seres humanos, independente da posição social a que pertencesse. O que estava em jogo era a defesa de uma concepção educacional voltada à construção de oportunidades iguais aos diferentes, garantindo a educação para todos. Essa afirmação se justificava pelos pressupostos epistemológicos liberais defensores da elaboração de condições equitativas na sociedade.

Alguns pressupostos merecem destaque na análise do Manifesto. Em primeiro lugar, o papel do Estado na educação deve assegurar as relações do sujeito e sua família, estabelecendo a relação da última com a escola. Em outras palavras, deve garantir a colaboração dos professores e pais de alunos na garantia da efetividade do processo educacional. Em segundo lugar, o Manifesto tinha como pressuposto a utilização de uma concepção educacional baseada na formação integral do ser humano. Em terceiro lugar, a necessidade

de autonomia administrativa das escolas. Em quarto lugar, a descentralização escolar através da coordenação de esforços que garantam a multiplicidade de conhecimentos na educação. A escola deveria ser ativa e não mais passiva, verbalista e intelectualista. Deveria voltar-se ao despertar da criatividade e interesse dos alunos.



Fonte: Capa da Revista Educação Jan/fev/mar 1932, na qual foi publicado o Manifesto da Escola Nova.

os, entretém, cultiva e perpetua a identidade da consciência nacional, na sua comunhão íntima com a consciência humana.

(a.a.) *Fernando de Azevedo*
Afranio Peixoto
Roquete Pinto
A. de Sampaio Doria
Anísio Spinola Teixeira
M. Bergstrom Lourenço Filho
Mário Casasanta
J. G. Frota Pessoa
Julio de Mesquita Filho
Raul Briquet
C. Delgado de Carvalho
J. P. Fontenelle
A. Ferreira de Almeida Junior
Roldão Lopes de Barros
Noemy M. da Silveira
Hermes Lima
Attilio Vivacqua
Francisco Venancio Filho
Paulo Maranhão
Cecília Meirelles
Edgar Süsskind de Mendonça
Armando Alvaro Alberto
Garcia de Rezende
Nobrega da Cunha

Fonte: Revista Educação Jan/fev/mar 1932, na qual foi publicado o Manifesto da Escola Nova.

Os pressupostos demonstrados pelo Manifesto dos Pioneiros representava a concepção liberal expressa pelo escolanovismo na educação brasileira. A IV Conferência Nacional da Educação, realizada em 1931, acirrou os debates entre os católicos e os liberais. O lançamento do “Manifesto”¹⁵ despertou reações dos católicos. Os católicos defendiam que os princípios liberais de educação expressos no “Manifesto” destruíam os princípios da

¹⁵ Ver Romanelli (1993)

liberdade do ensino, uma vez que retirava a educação do controle da família. Essa iniciativa articulava-se a um processo maior de ataques da Igreja Católica mundial ao escolanovismo, defendendo que a liberdade irrestrita à criança corromperia o seu caráter. Os mesmos foram tachados, inclusive, de materialistas e comunistas, educadores a serviço da União Soviética. O governo Vargas assistia a esse processo de forma mediadora, tentando garantir o controle do conflito, uma vez que era interessante o apoio de ambos os lados.

A mediação governamental em ambos os lados se justificava em virtude dos católicos possuírem forte poder de sustentação política perante a sociedade. Ao mesmo tempo, os profissionais da educação, termo utilizado para denominar os intelectuais escolanovistas, possuíam propostas educacionais com potencial de controle sobre as massas. Os preceitos educacionais defendidos pelos últimos, retirados seus princípios democráticos e participativos, serviria de razoável instrumento para a integração trabalhista e redução da questão social e luta de classes.

A Constituição de 1934 teve esse caráter. Favoreceu aos católicos não avançando nas questões da neutralidade e laicidade do ensino. Ao mesmo tempo, o ensino religioso foi implementado na escola como opcional, os estabelecimentos privados de ensino foram reconhecidos e a família posta como central no princípio educativo. A Constituição de 1934 também favoreceu aos interesses liberais. A União foi incumbida de inserir o Plano Nacional de Educação em todos os graus e ramos. O ensino primário deveria ser obrigatório e gratuito. O acesso a cargos no magistério passou a ser feito por concurso público, implementou o Poder Público como fiscalizador e regulamentador de instituições privadas e estatais de ensino, e promoveu verbas no orçamento educacional.

Entre as deliberações da Constituição Federal de 26 de julho de 1934 estão as deliberações sobre a educação presentes no capítulo II “da educação e da cultura”. Com efeito, merece destaque os seguintes enunciados:

Art 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Art 150 - Compete à União:

- a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País;
- b) determinar as condições de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundário e complementar deste e dos institutos de ensino superior, exercendo sobre eles a necessária fiscalização;
- e) exercer ação supletiva, onde se faça necessária, por deficiência de iniciativa ou de recursos e estimular a obra educativa em todo o País, por meio de estudos, inquéritos, demonstrações e subvenções.

Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras *a* e *e*, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:

- a) ensino primário integral gratuito e de freqüência obrigatória extensivo aos adultos;
- b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível;
- c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual;
- d) ensino, nos estabelecimentos particulares, ministrado no idioma pátrio, salvo o de línguas estrangeiras;
- e) limitação da matrícula à capacidade didática do estabelecimento e seleção por meio de provas de inteligência e aproveitamento, ou por processos objetivos apropriados à finalidade do curso;
- f) reconhecimento dos estabelecimentos particulares de ensino somente quando assegurarem a seus professores a estabilidade, enquanto bem servirem, e uma remuneração condigna.

Art 153 - O ensino religioso será de freqüência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.

Art 154 - Os estabelecimentos particulares de educação, gratuita primária ou profissional, oficialmente considerados idôneos, serão isentos de qualquer tributo.

Art 155 - É garantida a liberdade de cátedra.

Art 156 - A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.

Parágrafo único - Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual.

Art 157 - A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação.

§ 1º - As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei.

§ 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos

necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas (Constituição Brasileira de 1934)

Mesmo com a promulgação da Constituição de 1934, os conflitos e contradições continuaram. A Constituição de 1934 determinava a realização de eleições para presidente da República em janeiro de 1938. Porém, Vargas agia tentando esvaziar o debate. A campanha sucessória desenrolou-se em meio a um quadro repressivo, de censura e restrição da participação política, respaldado pelos discursos de combate ao comunismo. Ao longo de 1937, o processo eleitoral sofreu um progressivo esvaziamento. No mês de setembro, de modo significativo, o governo realizou antecipadamente as cerimônias de rememoração das vítimas da revolta comunista de novembro de 1935. Alguns dias depois, o Ministério da Guerra divulgou o que ficou conhecido como Plano Cohen, um documento forjado que relatava a preparação de uma nova ofensiva comunista.

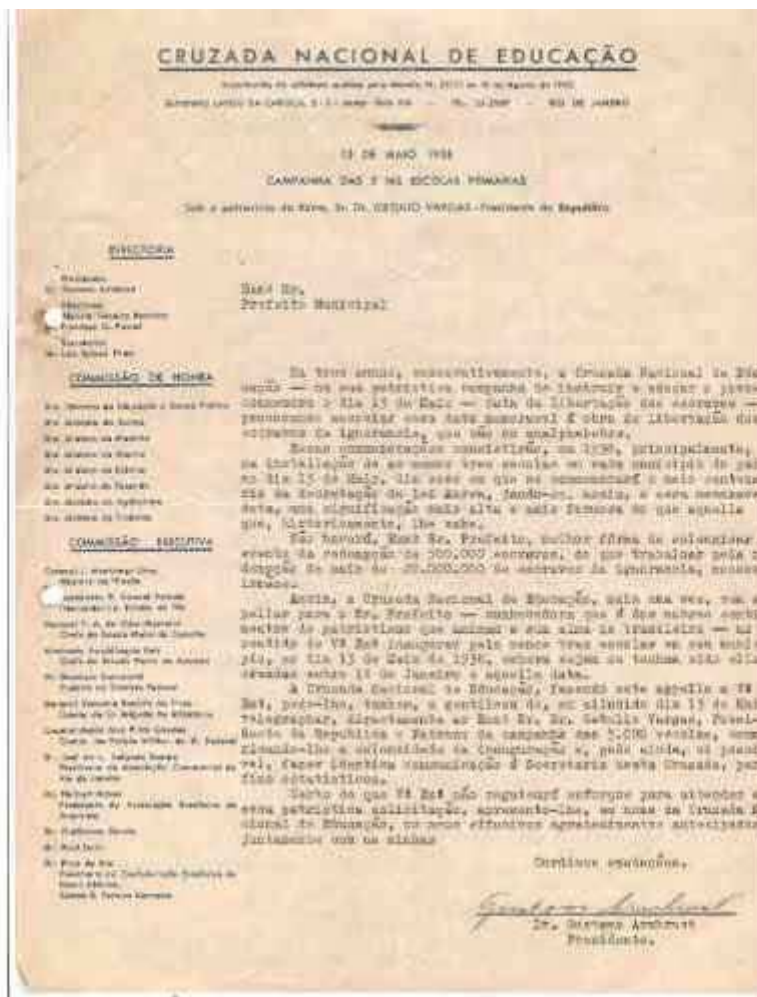
Com a promulgação da Constituição de 1934, chegou ao fim o denominado governo provisório instaurado com a vitória da Revolução de 1930. A nova Constituição, elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte, introduziu no país uma nova ordem jurídico-política que consagrava a democracia, o voto direto e secreto, a pluralidade sindical, a alternância no poder, dos direitos civis, liberdade de expressão e voto e participação política feminina. Porém, essa Constituição durou apenas 3 anos, sendo sucedida por um golpe de Vargas, a consolidação de uma ditadura, denominada como Estado Novo.

O avanço do Estado Novo empenhou importantes mudanças na educação.¹⁶ Em nítido debate contra as concepções liberais, recuou em termos do oferecimento de educação geral gratuita. Seu princípio era voltado para manter a dualismo educacional em que os filhos dos ricos teriam acesso à educação pública ou particular e os filhos dos pobres às escolas profissionais. Essa questão se explica pelo próprio desenvolvimento industrial. A orientação político-educacional para o mundo capitalista fica bem explícita em seu texto sugerindo a preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado. Neste sentido, a nova Constituição enfatiza o

¹⁶ Ver Cunha (1981); Luiz Antonio Cunha (1980); Machado (1982); Xavier (1990); Ribeiro (1986)

ensino pré-vocacional e profissional. Por outro lado, propõe que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas públicas e particulares, tirando do Estado o dever da educação. Mantém ainda a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário. Também dispõe como obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundárias.

Entre as ações do governo varguista voltadas para a educação, merece destaque os processos voltados para a “Cruzada Nacional da Educação” voltada à erradicação do analfabetismo. Os altos índices de analfabetismo no país – em torno de 75% da população - se chocavam com os princípios de construção de uma nação desenvolvida aos moldes de um Estado forte pregado por Vargas e seus seguidores.



Documento assinado por Gustavo Armbrust, Presidente da Cruzada Nacional de Educação.
 Fonte: <http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-183555814-presidente-getulio-vargas-1938cruzada-nacional-de-educaco- JM> Acesso dia 25 de maio de 2011 às 10 horas

pelas empresas (Senac) foram a marca dessa reforma. A Lei Orgânica de Ensino Industrial instituiu dois ciclos de formação educacional. O primeiro ciclo formado pelo ensino industrial básico composto por 4 anos; o – ensino de mestria – feito em dois anos e os ensinos artesanal e de aprendizagem. O segundo ciclo era formado pelo ensino técnico industrial – 3 anos – de nível médio. Neste ciclo estavam as formas pedagógicas para formação de professores do ensino profissional.

Reforma Capanema foi o nome dado às transformações projetadas no sistema educacional brasileiro em 1942, durante a Era Vargas, liderada pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que ficou conhecido pelas grandes reformas que promoveu, dentre elas, a do ensino secundário e o grande projeto da reforma universitária, que resultou na criação da Universidade do Brasil, hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro. De acordo com os autores do livro 'Tempos de Capanema', de Simon Schwartzman, Helena Bomeny e Vanda Costa, o sistema educacional deveria corresponder à divisão econômico-social do trabalho. “A educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais”. Para o Ministro Capanema, a educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação. (Brito, s/ano)

Brito (s/ano), citando Romanelli, afirma que:

A Lei Orgânica do ensino Secundário institui um primeiro ciclo de quatro anos de duração (ginasial) e um segundo ciclo de três anos (clássico ou o científico). De acordo com Otaíza Romanelli, as finalidades do ensino secundário ficaram assim definidas:

- Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes;
- Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística;
- Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial.

No que diz respeito ao ensino de línguas, seguiram-se as normas aprovadas, mas é inegável que a Reforma Capanema apresentou o que de mais avançado havia para o ensino de línguas da época no Brasil, preocupando-se com a questão metodológica, recomendando o uso do 'Método Direto' e enfatizando que o ensino de línguas (principalmente o francês e o inglês) deveria servir não só para objetivos instrumentais, mas também, de acordo com Chagas: 'um ensino pronunciadamente prático'.

A escolha do francês e do inglês, de acordo com o próprio ministro Capanema foi '... devido à importância destes dois idiomas na cultura universal e pelos vínculos de toda a sorte que eles nos prendem...'. A Reforma no Ensino Secundário referente ao ensino de línguas ficou assim distribuído: - ao Ginásio incluíram-se como disciplinas obrigatórias, o Latim, o Francês e o Inglês; - no Colegial o Francês, o Inglês e o Espanhol; - no Curso Clássico, o Latim e o Grego. Mudança significativa também aconteceu nas cargas horárias, sendo o latim com oito aulas semanais, o francês com treze, o inglês com doze e o espanhol com duas horas semanais. O grego quase não chegou a ser ensinado devido à pequena demanda. Podemos considerar, então, que a Reforma Capanema destinou 35 horas semanais ao ensino de idiomas, ou seja, 15 % do currículo. (Brito, s/a, s/p)

Para Brito (s/ano) “a lei mostrava claramente o seu caráter aristocrata e fortemente atado com a velha tradição do ensino secundário.” O ensino secundário seria voltado às elites, de caráter meramente humanístico, o caminho único para o acesso à universidade.

O ensino secundário deveria, na visão do ministro Capanema, estar impregnado de 'práticas educativas' que transmitissem aos alunos uma formação moral e ética, consolidada na crença em Deus, na religião, na família e na pátria. Outra inovação da reforma foi a obrigatoriedade de frequência à escola secundária, pretendendo-se acabar definitivamente com o estudo livre. (idem. IBID: s/p)

O decreto Lei n. 4244 de 9 de abril de 1942 normatizou o ensino secundário no Brasil. No orçamento para a educação, ficou prevista a gratuidade progressiva baseada na oferta de vagas gratuitas sem cobertura orçamentária para esse fim. Estavam previstos no ensino secundário a educação militar, controlada pelo Ministério da Guerra e a educação religiosa de caráter facultativo. Mantinha as escolas para mulheres e homens, com currículos distintos para esse fim.

A Reforma Capanema estabeleceu também um currículo para a formação comercial composto de dois ciclos de aprendizagem. O primeiro ciclo foi o comercial básico composto em quatro anos. O segundo ciclo era o comercial técnico desenvolvido em 3 anos. O ensino comercial previa a especialização e aperfeiçoamento dos alunos inseridos em seu contexto.

A imprensa em Uberlândia esteve articulada a profundas transformações culturais, políticas e econômicas, em curso na sociedade. A década de 1930 foi rica em debates e disputas materializadas em projetos de mundo alternativos. O levantamento que realizamos sobre a imprensa de

Uberlândia no jornal “A Tribuna” de 1930 até 1945 elucida essa questão, com artigos exaltando o governo provisório e a revolução de 1930, outros simpáticos à socialização da terra e redução de juros aos fazendeiros.

Journal independente

COLLABORADORES DIVERSOS

UBERLÂNDIA, 10 DE MAIO DE 1931

Redação e oficinas
Praça ANTONIO CARLOS
CAIXA N. 41 — TELEPHONE, 78

Num. 548

Cyrcles de Mattos

...ceceu, no Rio, o di-
ector - secretario d'“O
lobo”.

...ba de fallecer, no Rio de Janeiro,
de militava, ha muito, na im-
a, o brilhante jornalista Eury-
e Mattos, nosso collega do ves-
o “O Globo”.

...cyrcles de Mattos era filho da Bahia
eu em São Salvador em 1887,
do, pois, 44 annos. Diplomou se
ola Normal da Bahia, iniciando
seguida, a sua carreira jorna-
Veio em 1905, para a capital
entrando para a redacção da
“A Tribuna”, depois de rapida
m pelo “Correio da Manhã”,
abalhou como revisor.
tu o “Malho” e a “Illustra-
sileira”, passando mais tarde,
a Noite”, onde foi secretario.
rou sua carreira de verdadei-
ção, na frente d'“O Globo”,
seu director secretario desde a
dação.

...ossos prezados collegas d'“O
A Tribuna” apresenta, since-
os seus profundos sentimen-

**“O governo é provisório,
mas, a revolução é
definitiva”**

NA REUNIÃO DAS COMMISSÕES LEGISLATIVAS,
NO CATIETE. — A REVOLUÇÃO E OS
PARTIDOS POLITICOS

Estamos governando á margem dos partidos, alheios aos seus
interesses.

Aceitamos-lhes a cooperação sem fazermos politica partidaria;
longe de hostilizá-los, queremos, ao contrario, deixar-lhes plena li-
berdade de organização.

Prestigiado pela solidariedade do povo brasileiro, pelo apoio
decidido das forças armadas, o governo revolucionario deseja, tão
sómente, não lhe perturbem, com incidentes meramente politicos, o
tempo indispensavel ao estudo e solução dos problemas adminis-
trativos, primaciaes num paiz de economia e finanças desordenadas.

Não regatearemos ao Brasil, o nosso auxilio desinteressado.

E' opportuno não se esquecer o conceito feliz de um pu-
blicista patricio: — «Si o governo é provisório, a revolução é
definitiva».

(Palavras do sr. Getulio Vargas).

Fonte: Jornal “A Tribuna”, de 10 de maio de 1931.

s e Garganta.

INDEPENDENCIA

E. DE MINAS

LANDIA

Socialismo, Doutrina do Seculo

...tounos, uma vez, no café
lá de Dôres de Campo For
a Ethelvina, sua cara me-
ntas, chegou o Quintino, seu
Tristão. Tristão era o re-

encontrando qualquer emba-
em, que duraria, no minimo,

...oso de Ethelvina deu com
Ethelvina estava certa de
...les dias e qual não foi o
...a, batendo fortemente, á
...a cair fôra, nem penetrar
...aixa e o quarto, servido por
...a. O seu pensamento vôu,
...rado num ângulo da al-
...improvisado e Ethelvina
...mpadre, que censurou a
...u desapontamento visível.
...do de explicações, quando
...tro, surgiu o Quintino cin-
...adiantando-se, abraçou o
...e as lembranças de São
...nental, propriamente dito, deixamos
...sador, dr. Jayme de Brito, que poderá informar ao
...por estas mesmas columnas, dos optimos resultados
...com as experiencias que tem feito, conforme nos
...monstrado.

...asta dizer se que temos comunicação da Camara do
...de Algodão de São Paulo, classificando o nosso pro-
...como um dos primeiros. Do Instituto Syndical do
...genero de Hamburgo não menos confortadores
...azenda de cam...

Quando, ha pouco, expendemos,
nestas columnas, a nossa opinião
sobre o socialismo agrário ou ter-
restre longe estávamos que a Legião
Revolucionaria de São Paulo, iria
defender as mesmas razões de ordem
social. A guerra que ella declãra a to-
dos os latifundios, é um penhor se-
guro do seu socialismo liberal, pois,
só visa os meios de producção, como
patrimonio do povo e nunca do capi-
talismo tirânico.

Os monopólios de qualquer especie.
a nacionalisação do trabalho, das
minas, dos bancos e dos meios de
transporte merecem uma especial at-
tencão da Legião Paulista.

Outro assumpto que lhe faltou
acrescentar ao programma monumen-
tal dos direitos do homem brasileiro,
foi, sem dũvida, a fixação da tabella
dos juro, afim de evitar-se a agiota-
gem deshumana, que sôrve o suor
sagrado das classes médias e dos
trabalhadores. Si o limite máximo
de 100%, ao anno, fosse fixado por
lei, não teriamos mais o quadro de
miseria e de carencia de trabalho,
num paiz tão vasto, como o nosso.
Estimulariamos assim a industria a
lavoura, os meios de por fim pon-

Fonte: Jornal "A Tribuna", de 22 de março de 1931.

É em função desse amplo processo econômico, político e social que se problematiza a educação no Triângulo Mineiro entre 1930 a 1945. Como essas questões afetam o pensamento das elites uberlandenses, e mesmo aqueles que a elas não são vinculados? No debate entre os católicos e os liberais em termos de projeto educacional, quais os rumos educacionais que foram tomados na região? Haveria uma posição educacional e política hegemônica, ou a região foi um palco de disputas de projetos educacionais a partir da leitura e

percepção das discussões em âmbito nacional? Estas são questões que abordaremos na próxima parte deste trabalho.

III

O PENSAMENTO POLÍTICO NO TRIÂNGULO MINEIRO NA DÉCADA DE 1930 E INÍCIO DOS ANOS 40 MANIFESTO PELA IMPRENSA.

O pensamento político no Triângulo Mineiro é problematizado através dos movimentos na política nacional e sua influência nas ações locais. Essa afirmação parte do pressuposto epistemológico da existência de um processo dialético entre o local e o geral, com ambos se influenciando e se transformando.

As elites do Triângulo Mineiro estiveram atreladas às discussões governamentais, produzindo posturas políticas significativas sobre os temas em questão. Os jornais investigados demonstraram duas forças políticas em disputa na região. Os católicos, representados pelos órgãos institucionalizados da Igreja, e os produtores e profissionais liberais, representados principalmente pelo Rotary Club. Cada segmento vinculado a um órgão jornalístico responsável pela divulgação de suas ideias e pressupostos de desenvolvimento para a região. Foi nesse sentido que fizemos a escolha dos jornais “O Triângulo”, “A Tribuna”, “Lavoura e Comércio” e “Correio Cathólico”.

Esses jornais retrataram disputas de poder na região nas décadas de 30 e início da de 40 do século XX, demonstrando as suas visões de mundo que em alguns casos eram antônimas e, em outros, sinônimas.

3.1 – Jornal “O Triângulo”

O jornal “O Triângulo”, de Araguari possuía uma orientação política vinculada ao pensamento católico da região. O jornal era formado basicamente por um conjunto de notícias propagandistas dos segmentos religiosos da cidade de Araguari.

Entre suas notícias, merece destaque a crítica ao comunismo dentro dos princípios católicos. As fontes debatem com o comunismo através dos

pressupostos da ditadura do proletariado e demonstram a crítica à negação da família pelo regime político apresentado. Considerando a dimensão conservadora da região atingida pelo jornal, a negação da família implicava na negação dos princípios da religião presentes na região.

As fontes demonstram, também, a preocupação com o comunismo por sua negação aos pressupostos cristãos como centrais na sociedade. O entendimento desta questão pela Igreja Católica partia do princípio do entendimento da religião como interlocutora entre Deus e a sociedade. A ação do comunismo em negar a religião implicava na própria negação da existência de Deus.

A noção de igualdade pregada pelo comunismo era negada pelas concepções católicas. Os católicos entendiam que a noção de igualdade defendida pelos comunistas não era cabível dentro da sociedade em questão. O conceito de igualdade defendido pelos católicos era o conceito de igualdade perante Deus. Essa afirmação é fundamental para o entendimento do pensamento católico.

Os católicos sempre estiveram atrelados às concepções políticas dominantes do seu tempo. O conceito de igualdade perante Deus legitimava os processos políticos e de classe dominantes em seu tempo. O homem ao ser atribuído como igual perante Deus passava a atuar como um expectador do período histórico de sua existência, atribuindo sua própria existência a conflitos expressos em universos metafísicos distantes do mundo material expresso pelas relações sociais do seu tempo.

Essa dimensão do homem não ser ator do seu tempo impelia a uma discussão voltada para a própria negação das classes sociais, conflitos e lutas do seu tempo. O universo religioso pregava a existência de apenas uma realidade, palpável pela justificativa suprema da opressão como uma imposição de poderes além da compreensão dos homens. A ausência do entendimento da existência da luta de classes como motor da história permitia à Igreja Católica legitimar suas alianças com as classes dominantes das diferentes regiões, uma vez que todo o processo se explicava pelo “pecado” e demonização do pensamento rebelde.

Essas afirmações são fundamentais para o entendimento da difusão das concepções católicas defensores de uma moral religiosa relacionada á

manutenção da sociedade da forma como ela era. O debate sobre a família exemplifica esta afirmação. A análise das fontes demonstrou a construção de uma relação mecanicista entre a dissolução da família através do processo de separação e divórcio com a ausência de princípios religiosos católicos no lar. O catolicismo era apresentado como alternativa máxima de garantia da felicidade e continuidade da família, independente da existência ou não de relações afetivas.



Fonte: Jornal "O Triângulo" 17 de janeiro de 1937"



Fonte: Jornal "O Triângulo" 8 de novembro de 1936"

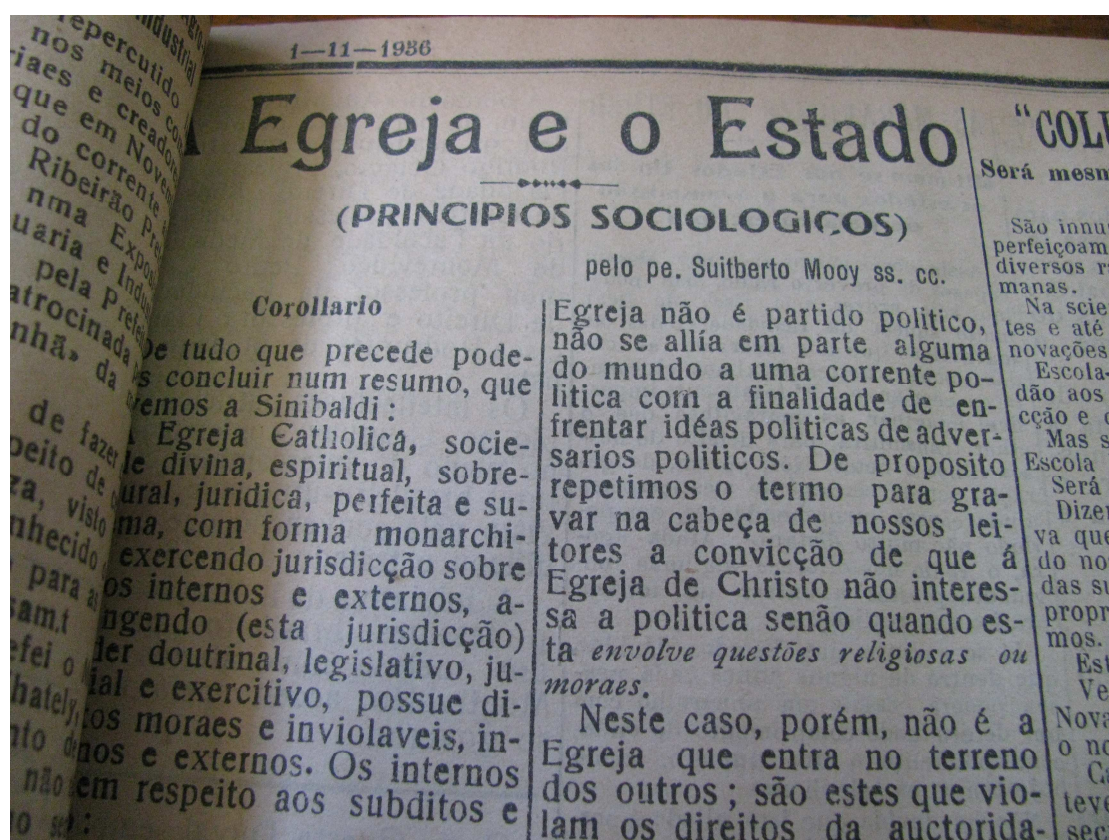
A dimensão política católica existente no jornal se justificava pela existência de artigos que relacionavam a concepção da Igreja Católica ao Estado. Da mesma forma que negava o comunismo como doutrina política, apontava que a Igreja não possuía dimensão política, negando aliança a qualquer segmento político de uma região ou país.

Essa afirmação visava á legitimidade de suas ações na sociedade. Ao elaborar o discurso inerente a neutralidade política, colocava-se como interlocutora de todos os processos políticos existentes em seu período histórico e alcance de reivindicação. O que se verifica é a construção de um discurso "*não político que é político*".

Entendendo-se como única mediadora da sociedade para com Deus, sua intenção era controlar todos os movimentos políticos humanos existentes. Daí a busca em ser ouvida pelas classes dominantes, até porque ela era parte consistente desta mesma classe produzindo ideologias de conformidade voltadas à manutenção da sociedade da forma como era, o que atendia ao interesse de todos. As classes dominantes por verem imperar suas percepções, visões e projetos de mundo e a Igreja por ter seu papel legitimado nessa mesma

sociedade através de um processo da “fé e obediência” como um fenômeno explicativo daquilo que o mundo o era.

A Igreja se contradizia em suas próprias afirmações de neutralidade política. Isso se confirma na análise das fontes inerentes ao seu pensamento manifesto no jornal em questão ao afirmar: “De propósito repetimos o termo para gravar na cabeça de nossos leitores a convicção de que a Igreja de Christo não interessa a política senão quando esta *envolve questões religiosas ou Moraes.*” (Jornal “O Triângulo”, 1 de novembro de 1936”)



Fonte: Jornal “O Triângulo” 1 de novembro de 1936”

As afirmações apresentadas no jornal em questão confirmam a produção de ideologias católicas em torno da não existência de uma concepção política, quando na realidade todas suas ações são baseadas em processos políticos tal qual afirmamos anteriormente. Voltaremos a essa questão um pouco mais a frente quando analisaremos o pensamento católico o jornal “Correio Cathólico” de Uberaba.

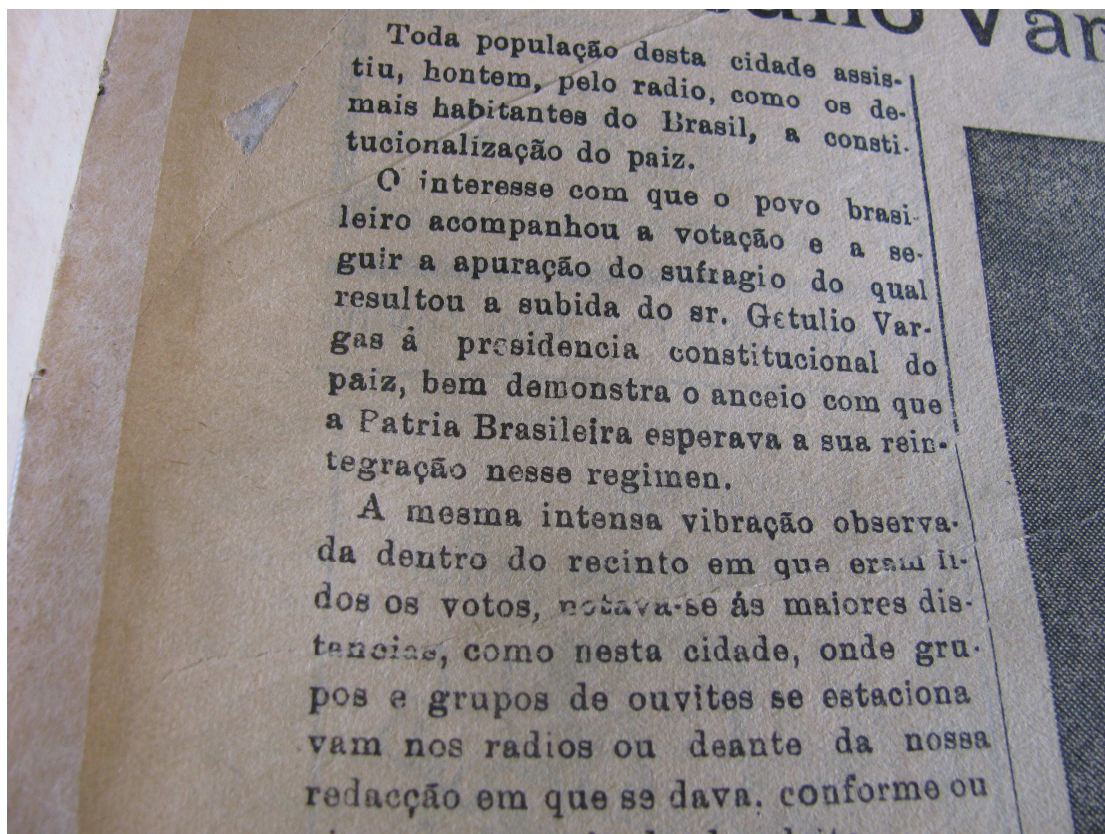
3.2 – Jornal “A Tribuna”

O jornal “A Tribuna”, de Uberlândia tinha como característica editorial representar os diferentes segmentos sociais existentes na cidade. Ele não era propriamente porta voz de nenhum segmento específico, mas sim publicava notícias que atendiam ao interesse dos empresários e profissionais liberais de diferentes segmentos, bem como das concepções religiosas católicas existentes na cidade.

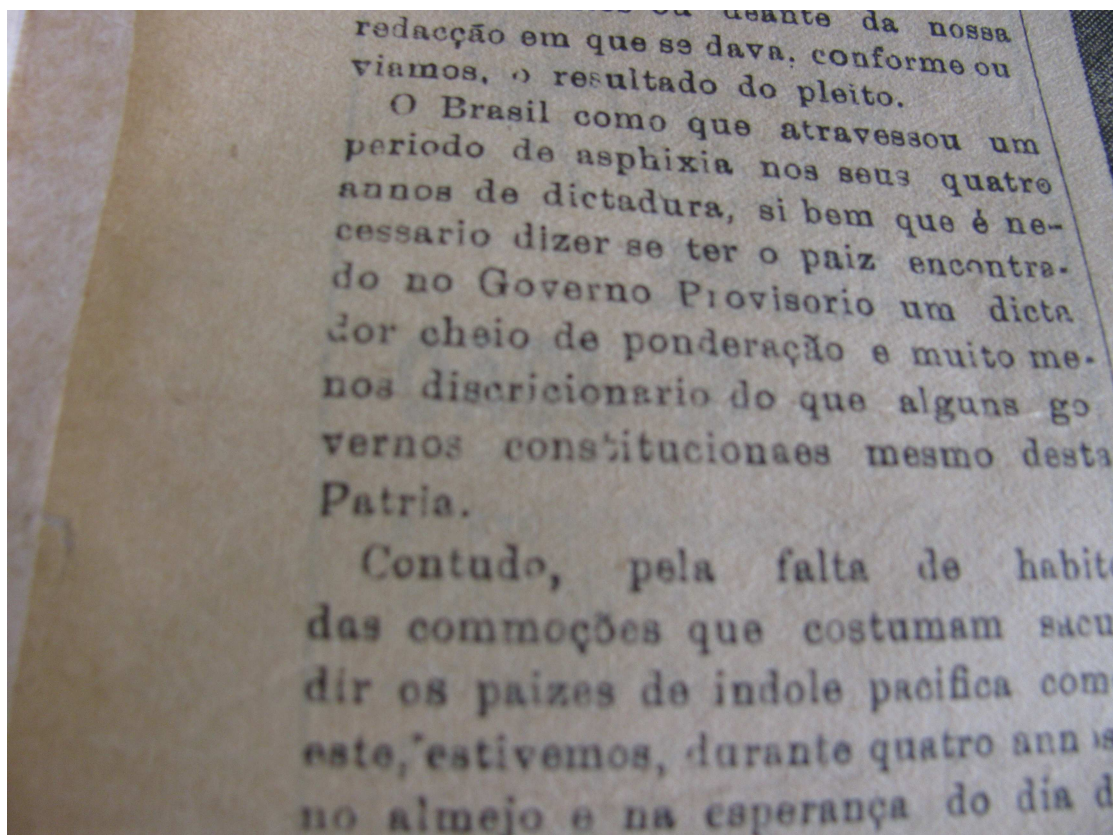
Sua dimensão política era de apoio ao Governo Vargas, não deixando, contudo, de construir críticas ao país no decorrer dos anos em estudo. As fontes abaixo obtidas no jornal “A Tribuna” elucidam esta afirmação.



Fonte: Jornal “A Tribuna” 18 de julho de 1934



Fonte: Jornal "A Tribuna" 18 de julho de 1934



Fonte: Jornal "A Tribuna" 18 de julho de 1934